



Mala Direta
Básica

9912340195/2013-DR/RJ
Fiocruz



Conheça o
Poli

**Material
Educativo**

Publicações



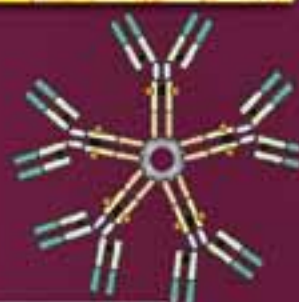
**Ensino Médio Integrado à
Educação Profissional**



PROEJA

**Ensino Profissionalizante
para Jovens e Adultos**

**Programa
de Vocação
Científica**



Revista

TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE**

Biblioteca Virtual em Saúde
Educação Profissional em Saúde



RETS

**Rede Internacional de Educação
de Técnicos em Saúde**

**Observatório
Juventude C&T**



**OBSERVATÓRIO
dos Técnicos em Saúde**

Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

www.epsjv.fiocruz.br

Capa	
Quem vai pagar o pato?	4
Almanaque	12
Entrevista	
Gustavo Gindre - "Não é que estejam dando um golpe midiático, estão seguindo o movimento do grande capital"	15
Desastre Socioambiental	
Depois da lama, a luta	16
Faltou combinar com o povo	19
Políticas Públicas	
A disputa pela Base	22
Livros	
30 anos de politecnicia	28
Dicionário	
Golpe	29

Já estava adiantada uma matéria de capa sobre a proposta do governo para uma nova Reforma da Previdência, quando houve uma reviravolta. Como desfecho de uma longa crise, uma verdadeira campanha tocada por entidades empresariais e minuciosamente conduzida pela grande mídia brasileira tornou concreta a ameaça de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Nos jornais e na televisão, explodiam ' vazamentos ' de áudio da Operação Lava Jato que, devidamente editados nos telejornais, pareciam ter o poder de derrubar a República – pelo menos a parte dela ligada ao partido do governo, já que as denúncias sobre políticos de outras siglas não tiveram o mesmo destaque. Nas esquinas da Avenida Paulista, a Fiesp vestia seu prédio de verde e amarelo, distribuía almoço para manifestantes contra o governo e, nas falas públicas, denunciava o caos econômico em que o país se encontrava. Evitava falar sobre corrupção, até porque seria embaraçoso explicar a participação ativa de grandes empresários no tal esquema do Petrolão. No Congresso, deputados disseram 'sim' à admissibilidade do impeachment, em nome de Deus, dos filhos e dos cônjuges. Unindo as pontas, um único objetivo: derrubar uma presidente da República democraticamente reeleita com 54 milhões de votos, criando um 'atalho' para a posse de um governo que o professor Ruy Braga brilhantemente chamou de "puro sangue" da classe dominante brasileira.

A Poli passou a seguir os rastros que permitiriam entender o desdobramento da crise. Uma série de entrevistas feitas para a revista foi sendo divulgada também no Portal EPSJV/Fiocruz, para contribuir com uma leitura, pela esquerda, da conjuntura que trazia um risco maior a cada dia. Na matéria de capa, você vai acompanhar uma discussão sobre as consequências do impeachment para os trabalhadores, que podem ser didaticamente identificadas no programa de um eventual governo Michel Temer, o documento do PMDB intitulado 'Uma ponte para o futuro'. Na contraface, essa abordagem aponta também as principais motivações da insatisfação com o governo e, especificamente, da mobilização que tenta derrubar a presidente. Buscando escapar da polarização simplista que divide o país entre defensores do governo e defensores do impeachment, os entrevistados da matéria analisam o papel que o Partido dos Trabalhadores desempenhou ao longo desses anos no governo federal e a relação que isso tem com a crise atual. A entrevista desta edição é com o jornalista Gustavo Gindre, que fala sobre o papel ativo (e ativista) da mídia na produção e condução dessa crise. Na seção 'Dicionário', promove-se uma discussão sobre o conceito de 'golpe', que vem sendo utilizado por segmentos sociais contrários ao impeachment para caracterizar o processo em curso. Para não perder a dimensão histórica, o almanaque mostra o rol de presidentes da República que não conseguiram concluir o mandato no Brasil.

Como a crise política maior não interrompeu todas as outras crises nossas de cada dia – setoriais e localizadas –, foram mantidas as duas outras pautas que estavam em curso: uma matéria sobre a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que está em vias de ser concluída para envio ao Conselho Nacional de Educação, e uma reportagem que revive a tragédia causada pelo crime socioambiental em Mariana (MG).

E a matéria sobre a Reforma da Previdência? Está guardada, e provavelmente por pouco tempo. Tudo indica que, se vingar um governo Temer, ela voltará à baila logo, com mais força, e retirando ainda mais direitos conquistados dos trabalhadores. O tempo (breve) dirá.

Ano VIII - Nº 45 - mai./jun. 2016
Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde.
ISSN 1983-909X

Conselho Editorial

Alexandre Moreno, Isabela Cabral, Adeline Pereira, Ieda Barbosa, José Orbílio, André Feitosa, Ana Beatriz de Noronha, Leandro Medrado, Leandro Nardarcio, Maria Cecília Carvalho, Marcela Pronko, Páulea Zaquini, Paulo César de Castro Ribeiro, Sergio Munck, Marco Antônio Santos, Maria Emília Rossignieux, Telma Frutuoso, Andrea Oliveira, Elenice da Cunha.

Coordenador de Comunicação, Divulgação e Eventos

Marcelo Paixão

Editores e Repórteres

André Antunes
Cátia Guimarães
Maíra Mathias
Raquel Júnia

Ilustrações

Caco Xavier

Projeto Gráfico e Diagramação

Zé Luiz Fonseca
Marcelo Paixão
Maycon Gomes

Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria
Tales de Oliveira

Analista de Gestão Educacional

Valéria Melo

Distribuição

Tairone Cardoso

Editora Assistente de Publicações

Lisa Stuart

Tiragem

10.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Gráfica

WallPrint



/epsjvfiocruz



@epsjvfiocruz

Assine Nosso Boletim

Envie e-mail para revistapoli@epsjv.fiocruz.br

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305 - Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro CEP: 21040-360 - Tel.: (21) 3865-9718 - Fax: (21) 2560-7484
comunicacao@epsjv.fiocruz.br | www.epsjv.fiocruz.br



Reverend Reser / Agência Brasil

Quem vai pagar o pato?

A partir do 'programa' de um eventual governo do PMDB, que retira direitos dos trabalhadores, analistas discutem os interesses econômicos por trás do processo de impeachment. Papel de conciliação desempenhado pelo PT é apontado como um dos problemas

Cátia Guimarães

Quando você estiver lendo esta reportagem, provavelmente a presidente Dilma Rousseff, reeleita com 54 milhões de votos cerca de um ano e meio atrás, estará afastada, pelo menos provisoriamente, da cadeira de chefe de Estado. Como a conjuntura tem mudado rápido, tudo pode ter acontecido mas, no momento em que este texto é escrito, o mais provável é que, no seu lugar, esteja sentado o peemedebista Michel Temer, um vice-presidente que aceitou com gosto – e ativismo – o desafio de conduzir os rumos do país nos próximos anos. A cartada decisiva de um jogo de ameaças, negociações e chantagens que já durava meses aconteceu num domingo, 17 abril de 2016, quando mais de dois terços da Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade do processo de impeachment da presidente.

Não foi em nome de Deus. Tampouco foi pelos filhos, netos, esposas e maridos, como anunciou no microfone a maioria dos parlamentares que votaram 'sim'. Segundo analistas ouvidos pela Poli, o que se esconde por trás da movimentação do impeachment é, principalmente, uma urgente pauta econômica elaborada, encomendada e assinada pelo grande empresariado organizado em torno de entidades de classe, tendo à frente a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O recado, dizem, é claro: é preciso ter no Executivo alguém capaz de garantir que o "pato" da crise econômica seja "pago" pelos trabalhadores. "Daí a ideia de substituir esse governo por um Michel Temer 'puro sangue', ou seja, um governo PMDB-PSDB completamente alinhado com essa agenda que eu chamaria de política de espoliação social", explica Ruy Braga, sociólogo e professor da Universidade de São Paulo (USP).

Essa "agenda" ainda está sofrendo ajustes para se adequar às necessidades específicas de todos os setores do grande empresariado.

Mas, no que tem de estrutural e urgente, ela está explicada e detalhada no documento chamado ‘Uma ponte para o futuro’, programa antecipado de governo do PMDB.

Programa de um governo "puro sangue"

Essa não é a única referência para o programa que está sendo construído para um eventual governo Temer. Desde que o impeachment foi admitido na Câmara, os grandes jornais brasileiros têm se dedicado a apurar e noticiar pontos programáticos, antecipando decisões econômicas. Ao mesmo tempo, entidades empresariais apressam-se em entregar ao atual vice-presidente sua pauta específica de reivindicações. De todo modo, é nesse documento, assinado pela Fundação Ulysses Guimarães, do PMDB, e lançado ainda em outubro de 2015, que estão sistematizadas as principais premissas e propostas estruturais de um eventual governo pós-impeachment.

Na curta apresentação, o documento diz buscar a “união dos brasileiros de boa vontade” e afirma que as iniciativas ali apresentadas são “quase um consenso” no país, sem, no entanto, nomear os segmentos sociais e correntes do pensamento econômico que justificariam o uso do “quase”. Já na contextualização, em que descreve o estado da arte no Brasil de hoje, é possível entender o ponto de partida de tudo que virá adiante: a nada consensual ideia de que o principal problema a ser enfrentado é o crescimento da dívida pública que, por sua vez, seria resultado de um excessivo gasto por parte do Estado. Dessa premissa sai a conclusão que embasa a maior parte das mudanças propostas pelo programa: é preciso cortar gastos.

O programa do PMDB é claro: a única saída para a crise brasileira são reformas estruturais que requerem mudança na legislação e terão um custo alto para a “população”, nomeada de forma genérica, como se todos os segmentos sociais ganhassem e perdessem igualmente com as mesmas políticas. E matérias publicadas em grandes jornais brasileiros informam que, se nada de imprevisível acontecer, um governo Temer já teria na Câmara o número de votos suficientes para aprovar propostas que alterem a Constituição. “O ajuste virá agora”, afirma Rosa Marques, economista da PUC-SP, diferenciando as medidas propostas pelo programa do PMDB daquelas que foram tomadas pelo governo Dilma. “Não quero diminuir o problema dos cortes que aconteceram, mas é preciso alertar para o que vem agora. O que vivemos foi contingenciamento dos gastos em função da queda da arrecadação. Se a arrecadação sobe, você pode descontingenciar. Mas agora eles vão mudar os dispositivos legais que vinculam os recursos a determinadas áreas, principalmente a social. É como a Grécia, que votou no parlamento a diminuição dos salários”, explica.

De fato, uma das mudanças mais estruturais propostas pelo PMDB é acabar com as vinculações constitucionais para áreas como saúde e educação. Hoje, a Constituição estabelece que o governo federal precisa aplicar pelo menos 18% da Receita Corrente Líquida em educação. Para a saúde, o mínimo é o orçamento do ano anterior mais a variação do PIB – o que é considerado já uma derrota por profissionais e militantes da área. Os governos estaduais e municipais precisam aplicar pelo menos 25% na educação. Na saúde, o mínimo são 15% para os municípios e 12% para os estados. O pulo do gato que a Constituição estabeleceu, e que o programa do PMDB agora propõe mudar, é que, na maioria dos casos, esses percentuais não estão atrelados ao desempenho da economia ou ao orçamento disponível. Contraditoriamente, o ‘Ponte para o futuro’ reconhece que o aumento de despesas públicas nessas áreas foi “uma escolha política correta” que “melhorou a nossa sociedade” para, no momento seguinte, criticar o fato de esse “crescimento automático das despesas” ter tornado

“muito difícil a administração do orçamento” porque “tornou impossíveis ações de ajuste, quando necessário”. “Era essa mesmo a intenção”, responde Rosa, explicando o mecanismo constitucional: “Isso é uma garantia de manutenção de níveis mínimos de recursos para áreas que se consideram prioritárias. Não é porque a economia diminuiu o ritmo de crescimento que você vai diminuir os recursos de saúde e educação porque esses recursos são pautados pela necessidade da população. Você não pode ter recursos que oscilam porque é preciso ter continuidade nas políticas”.

Na mesma linha, o documento propõe que o aumento de benefícios da previdência e assistência social não acompanhe o reajuste do salário mínimo, como acontece hoje. O texto é categórico: “É indispensável que se elimine a indexação de qualquer benefício do valor do salário mínimo. (...) Os benefícios previdenciários dependem das finanças públicas e não devem ter ganhos reais atrelados ao crescimento do PIB”. Em artigo publicado na Agência Carta Maior, em novembro de 2015, Rosa Marques explica os prejuízos de uma medida como essa. “A introdução desse indexador aos benefícios, em 1988, teve como fonte inspiradora a necessidade de as políticas públicas atuarem positivamente sobre os baixos rendimentos a que estavam submetidos os aposentados e os trabalhadores de mais baixa renda. Levando-se isso em conta, qualquer proposta que pretende pensar o Brasil do futuro, no caminho da superação da crise atual, não pode estar fundada na diminuição da renda da base da pirâmide de rendimentos brasileiros”, critica.

O programa do PMDB quer realizar ainda uma nova Reforma da Previdência. O documento dedica mais espaço à defesa da proposta do que propriamente às mudanças que ela traria, mas fica clara a intenção de estabelecer uma idade mínima para aposentadoria. O

pressuposto é de que existe um rombo crescente na previdência. Esse dado, no entanto, é questionado por vários especialistas, que denunciam o erro de cálculo que faz chegar a esse déficit.

Por fim, no que diz respeito à diminuição dos gastos públicos, o programa de um eventual governo Temer defende que a continuidade ou não dos programas governamentais – Bolsa Família, Mais Médicos, PAC e todos os outros – passe a ser uma decisão do Congresso, tomada a cada ano, em função da situação orçamentária e a partir de uma análise de custo-benefício que seria feita por um comitê “independente”, embora não esclareça em relação a quê.

Até aqui, falamos sobre formas de reduzir despesas e gastos no Estado. Mas o que economistas menos ‘ortodoxos’ têm defendido já desde o início do ajuste fiscal do governo Dilma é que o equilíbrio das contas precisa passar também pelo aumento da receita (leia mais na edição 42 da Poli). O documento do PMDB, no entanto, não aponta nenhuma iniciativa nessa direção. Defendendo que “hoje o aumento sem limite da carga tributária não é mais uma possibilidade”, propõe a “simplificação” da área tributária. Chama atenção a ausência de reflexões e propostas encaminhadas por representantes de outras parcelas da “população” que não o empresariado. Em nenhum momento o documento se refere, por exemplo, ao caráter regressivo dos impostos no Brasil, que, por tributarem mais o trabalho e o consumo do que o lucro e a renda, fazem com que os trabalhadores e pobres paguem proporcionalmente mais impostos do que os empresários e ricos. Por consequência, o programa do PMDB sequer menciona propostas que circulam na sociedade e no Congresso há mais de 30 anos, como é o caso da taxaço de grandes fortunas, que atingiria os maiores proprietários e que, segundo cálculo de alguns economistas, poderia render até R\$ 100 bilhões por ano aos cofres públicos – para efeito de comparação, no ano passado, em função do ajuste fiscal, foram cortados R\$ 70 bilhões.

Do outro lado da balança, a aposta do PMDB é garantir o crescimento econômico a partir de um modelo em que o papel do Estado seja “distribuir incentivos corretos para a iniciativa privada”. A defesa de processos de privatização aparece em um dos tópicos da agenda do documento com nomes mais amenos como “transferência de ativos”, “concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura” e “parcerias para complementar a oferta de serviços públicos”. Para garantir que a iniciativa privada seja capaz de promover o crescimento econômico necessário, o programa propõe medidas que visam facilitar a atuação das empresas. Uma delas é flexibilizar as relações trabalhistas de modo que o negociado entre patrão e empregado prevaleça sobre o que hoje estabelece a legislação. “O programa é explícito em falar da quebra da CLT [Consolidação das Leis Trabalhistas], o que vem sendo feito pelas beiradas desde a década de 1990 e que eles agora defendem que tem que ser feito como reforma constitucional. Isso significa que os acordos coletivos podem flexibilizar direitos como hora extra, percentuais de insalubridade e por aí vai”, critica Marcelo Badaró, historiador e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). Outra forma de incentivo se dará pelo esforço de tornar menos “complexos e demorados” os processos de licenciamento ambiental, garantindo “ampla segurança jurídica” para os investimentos privados. “O programa do PMDB é uma listagem genérica de propostas de interesse do grande capital, e é bastante explícito em apontar como vai colocar a conta da crise sobre a classe trabalhadora”, resume Badaró.

Caracterizadas sem meias palavras como “medidas duras” e “sacrifícios” a serem feitos, essas iniciativas aparecem como inevitáveis em função da urgência de cortar gastos para reequilibrar as contas. Parece simples matemática, por mais dificuldades que possa gerar. Mas falta um elemento: incluir no debate sobre as saídas possíveis a prioridade – dada como inquestionável – de gerar superávit primário para pagar os juros

Como exemplificamos, com números, na Poli nº 42: “contabilizadas todas as fontes de receita, o orçamento da seguridade social totalizou R\$ 686 bilhões em 2014; somadas, as despesas com saúde, previdência e assistência chegaram a pouco mais de R\$ 632 bilhões. O resultado dessa simples conta de subtrair é que toda a seguridade social teve um superávit de R\$ 53,89 bilhões. Por que falta dinheiro, então? Porque, desde 1994, uma mudança constitucional que vem sendo constantemente atualizada instituiu o que hoje se chama Desvinculação de Receitas da União (DRU), um mecanismo que permite que o governo federal desvie 20% desse orçamento para outras despesas. Em 2014, isso significou a retirada de mais de R\$ 63 bilhões – e, assim, como num passe de mágica, um saldo de mais de R\$ 50 bilhões se transformou num déficit de quase R\$ 10 bilhões”.

da dívida pública. Como a Poli explicou, de forma detalhada, na sua edição 42, que tratou do ajuste fiscal, muitos economistas e especialistas da área reivindicam uma auditoria da dívida, já que não se tem nenhuma segurança sobre sua origem e sobre os credores. Mais do que isso, questionam o cálculo do que é considerado superávit. Isso porque, na prática, o orçamento federal hoje só começa a ser distribuído entre as áreas depois que é retirado o montante referente aos juros da dívida, que corresponderam, em 2014, a 45% do total do bolo de recursos. Curiosamente, esse mecanismo – que pode ser modificado por decisão política, sem alteração na Constituição – não é sequer lembrado no trecho em que, para defender o fim de despesas obrigatórias com saúde e educação, o documento reclama que “a maior parte do orçamento chega ao Congresso para ser discutido e votado com a maior parte dos recursos já previamente comprometidos ou

contratados, seja por meio de vinculações constitucionais, seja por indexação obrigatória de valores”.

Procuradas pela Poli para comentar sobre o impeachment e suas pautas de reivindicações, a Fiesp e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) não tiveram disponibilidade para dar entrevista.

Do outro lado do muro

A análise crítica do programa de Temer, no entanto, não indica que do outro lado da polarização política atual a vida do trabalhador esteja fácil. Embora não tenha dúvidas sobre os riscos maiores que estão postos num eventual governo Temer pós-impeachment, Marcelo Badaró lembra que existem princípios e até medidas em comum entre o ‘Uma ponte para o futuro’ e a resposta que a equipe econômica de Dilma vinha tentando dar à crise, como a defesa de uma nova Reforma da Previdência. Daí, segundo ele, a necessidade de se superar o “maniqueísmo” que apresenta como únicas opções neste momento a defesa do governo ou do impeachment.

Para isso, dizem vários entrevistados pela Poli, é preciso uma análise profunda sobre o papel que o PT desempenhou por quase 13 anos à frente do governo federal e as razões pelas quais ele agora está sendo retirado à força. O professor Eurelino Coelho, da Universidade Federal de Feira de Santana, na Bahia, que pesquisou a trajetória do PT na sua tese de doutorado, gosta de dizer que, no governo, o PT funcionou como a “ala esquerda do partido do capital”, responsável por assegurar um ambiente de estabilidade que preservasse aquilo que, segundo ele, é o fundamental para a elite econômica: a propriedade e o lucro. Com isso, diz, conduziram durante todos esses anos uma estratégia que ele chama de “conciliação de classes”. A economista Rosa Marques, que tem muitas críticas a esses governos mas não considera que eles tenham retirado direitos dos trabalhadores, prefere caracterizá-los como “extremamente contraditórios”. “Tentaram servir às classes trabalhadoras de mais baixa renda sem quebrar os laços com a classe dominante”, define.

Três iniciativas recentes, tomadas já em meio à crise política, ilustram bem. No dia 17 de março deste ano, a presidente Dilma Rousseff sancionou, embora com vetos, a Lei Antiterrorismo, de autoria do próprio Executivo, que vem sendo denunciada como um instrumento que facilitará a criminalização das lutas e dos movimentos sociais. Poucos dias depois, começou a tramitar na Câmara um Projeto de Lei Complementar (PLP 257/16) também de autoria do Executivo, que, em nome do ajuste fiscal, propõe medidas como congelamento de salários, proibição de concursos e até programas de demissão voluntária para servidores públicos. Por fim, vale lembrar que, contrariando uma pauta histórica de instituições, movimentos e economistas de esquerda, em janeiro deste ano, a presidente vetou uma proposta de auditoria da dívida pública aprovada no Congresso.

E é aqui que o cenário fica complexo. Isso porque, segundo essas mesmas análises, o grande trunfo do PT para se credenciar como “gestor do capital”, como define Eurelino Coelho, foi promover uma política de “ganha-ganha”. Exemplos não faltam. Principalmente os governos Lula, mas também as gestões Dilma, são reconhecidos pela criação e manutenção de programas sociais voltados para as parcelas menos favorecidas da população. Foi também no governo Lula que se deu uma forte valorização do salário mínimo, com a criação de uma fórmula de reajuste que passou a considerar não só a inflação do período, mas também o desempenho do PIB. “Isso significa o seguinte: de um lado, o salário não perde poder aquisitivo; de outro, os trabalhadores da base da pirâmide passam a ser um pouco beneficiados com a evolução da economia. É uma maneira de redistribuir renda”, explica Rosa Marques.

O fato é que, se a proposta de mudança constitucional vocalizada pelo PMDB é explícita em relação à parcela da população que deve ser

sacrificada, da parte dos governos do PT essas políticas ficaram num meio de caminho. A tal “conciliação de classe” estaria no fato de que, nos governos Lula e Dilma, para cada ganho dos trabalhadores, houve ganhos ainda maiores para setores do grande empresariado. Um exemplo? Em entrevista ao Portal EPSJV/Fiocruz no ano passado, a professora Sara Graneman, da Escola de Serviço Social da UFRJ, caracterizou as políticas sociais dos governos petistas como um processo de “monetização e financeirização”. Defendendo que o capital financeiro também lucrou muito com esses programas de inclusão, ela explica: “Ao transformar a política social num direito monetarizado, esse dinheiro volta para o capital. O Bolsa Família não é um conjunto de serviços que o pobre no Brasil pode utilizar: não é escola, não é alimentação na escola, não é o hospital de boa qualidade. É um dinheiro que ele recebe via banco e que, individualmente, é uma miséria, mas aquilo que entra no banco é, na totalidade, um montante muito considerável”.

Da mesma forma, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto (MTST) denunciou, mais de uma vez, que, embora importante como enfrentamento do déficit habitacional, o programa Minha Casa, Minha Vida, do modo como foi desenvolvido, tinha como objetivo principal aumentar os lucros da construção civil. Mesmo a valorização do salário mínimo, que poderia pesar no caixa das empresas, teve seu impacto amenizado por políticas de isenção fiscal que, entre outras coisas, desoneraram a folha de pagamentos de diversos segmentos do empresariado, o que, na prática, significa que o Estado arcou com parte desse custo. Eurelino resume a estratégia: “A partir do governo Lula houve um consenso entre os blocos da classe dominante de que o processo de inclusão social, de atendimento das reivindicações históricas dos trabalhadores, sobretudo moradia e renda mínima, poderia conviver com uma distribuição fabulosa de

lucros e dividendos entre as diferentes frações do capital. Isso era um jogo em que todos ganhavam”.

Até que a crise nos separe...

Tudo ia muito bem, até que, com a chegada da crise econômica internacional, a relação entre governo e empresariado foi se desgastando a ponto de chegar um momento em que o amor, simplesmente, acabou.

Pelo menos para um dos lados. Comentando o discurso do ex-

verno nem a Central Única dos Trabalhadores [CUT] ousaram falar em uma greve contra o golpe. A mobilização do governo é simplesmente retórica. Infelizmente, nem os discursos estão à altura dos acontecimentos. Na manifestação do dia 18 de março centenas de milhares de pessoas esperavam Luiz Inácio Lula da Silva declarar guerra contra os golpistas. E o que ele fez foi prometer paz e amor aos empresários e ao PMDB”, critica.

Mas, afinal, o que motivou essa separação? “A palavra-chave é crise: num ciclo recessivo como o atual, não é tão fácil manter equilibrados os pratos da balança. Como o excedente tende a se estreitar, aumenta a competição entre as frações da classe dominante. E, por outro lado, todas elas estão de acordo de que é preciso tirar dos de baixo”, explica Eurelino. Em outras palavras, a partir do momento em que o jogo do ganha-ganha acabou, foi preciso definir claramente quem ganha e quem perde. “O problema é que o PT não pode fazer isso com tranquilidade. Para o PT não é simples romper com suas bases históricas porque o risco de haver uma rebelião no interior da CUT, por exemplo, é real. E os mais lúcidos sabem que no momento em que o PT deixar desaparecer a capacidade de controlar setores importantes da classe trabalhadora, o que ele tem de mais valioso para oferecer ao capital desaparece. E ele se torna um partido descartável”, analisa Eurelino, dando a pista de como o impeachment passa a ser considerado como uma alternativa pela elite econômica. Ruy Braga

lembra, inclusive, que durante um bom período, a própria Fiesp, que hoje lidera a campanha pela saída da presidente, participou desse “pacto”. “Ela pula fora porque percebe que o governo se mostra titubeante e pouco capaz em aprofundar ainda mais essa agenda de espoliação que, segundo a Fiesp, seria necessária para restabelecer as bases da acumulação capitalista no país”, explica. É nesse momento que o que Eurelino chama de “ala direita do partido do capital”, representada por partidos como PMDB e PSDB, sem vínculo com trabalhadores e movimentos sociais, se apresenta como alternativa para resolver o ‘problema’ do empresariado brasileiro.

Em cena, os trabalhadores

Ao contrário do que talvez possa parecer, os trabalhadores não estavam assistindo passivos a toda essa movimentação. Segundo Ruy Braga, desde 2008 tem início no país um “ciclo grevista” que se intensifica em 2010 e 2011 e só faz crescer. A partir, principalmente, de 2013, ganham corpo também movimentos e lutas urbanas, principalmente pelo direito à moradia e ao transporte público. Embora com menos espaço de crítica do que o empresariado no interior do governo, essa retomada de mobilização social indicava, na avaliação de Ruy Braga, que havia “muita insatisfação na base”. Ele mostra em números: de acordo com dados do Sistema de Acompanhamento de Greves do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (SAG-Dieese), o ano de 2013 abrigou 2050 greves, um recorde na história do país. Mais do que um aumento quantitativo, esse é um processo qualitativamente diferente. Um exemplo é que, segundo o pesquisador da USP, proporcionalmente houve mais greves no setor privado (54%) do que no setor público. “Eu diria que esse ciclo começa propriamente naqueles setores mais tradicionais, sindicalmente mais organizados de trabalhadores que recebem melhor, em especial no setor público ou mesmo no setor privado. Essa primeira onda de mobilização acaba evoluindo para um segundo momento em que os trabalhadores do setor de serviços, menos organizados, mais precarizados, passam a se mobilizar também”, resume.

presidente Lula na avenida Paulista durante manifestação contra o impeachment, Alvaro Bianchi, professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp, ressalta como o esforço do PT diante da crise tem sido para reverter esse divórcio. “Quando Juan Domingo Perón foi preso na Argentina, em 1945, uma greve geral foi convocada. Mas no Brasil, até o momento, nem o go-



O resultado, segundo ele, é que os sindicatos que até então tinham circulado muito bem no tal pacto de conciliação gerido pelo PT começaram a ter que responder à pressão das suas bases. “O sindicalismo lulista reage em duas frentes: por um lado, há uma certa tentativa de controle sobre o movimento grevista; por outro, uma tentativa de pressão sobre o governo para que as medidas impopulares sejam revertidas”. Para complicar ainda mais, esse “caldo de cultura efervescente” que vinha da base social atravessou o caminho do empresariado no meio da crise econômica, no exato momento em que ele decidia pressionar o governo por medidas que protegessem, a qualquer custo, as suas taxas de lucro. Acendeu a luz de alerta. E foi a partir daí que, pela primeira vez, o Brasil ouviu falar em “pedaladas fiscais”.

Diferentes tipos de insatisfação

Seria um equívoco, no entanto, caracterizar o impeachment como um ‘plano’ executado a portas fechadas pelo grande empresariado. Afinal, por mais que a Fiesp tenha servido filé mignon aos manifestantes pró-impeachment na avenida Paulista, e se saiba que organizações como o Movimento Vem Pra Rua e Movimento Brasil Livre, que convocaram boa parte dessas manifestações, sejam financiados por empresários, essa não pode ser considerada a razão que levou multidões às ruas contra o governo Dilma.

Pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha mostrou que, em dois grandes atos pró-impeachment realizados na cidade de São Paulo, em 13 e 18 de março deste ano, a maioria dos manifestantes (entre 77% e 78%) tinha curso superior e metade deles (46% e 50%, respectivamente) tinham renda mensal entre cinco e 20 salários mínimos. A média de idade foi de 45 anos, sendo o maior percentual (40%) de pessoas com 51 anos ou mais. “O que esses números indicam é que os mais pobres e os mais jovens não foram para as ruas”, resume Alvaro Bianchi. Ele ressalta, no entanto, que isso não quer dizer que entre essas camadas também não houvesse insatisfação. “A rejeição ao governo de Dilma Rousseff está distribuída de maneira relativamente homogênea entre todas as classes de renda e grupos geracionais. Mas as classes sociais vivem de maneira diversificada essa rejeição. Entre os estratos superiores, está a percepção de que tanto seus ganhos como a distância que mantinham dos pobres diminuíram nos últimos anos. Sentem-se em uma situação de risco e imaginam que contribuem muito para o país com seus impostos, mas recebem muito pouco em troca. Entre os estratos mais pobres, a inquietação tem uma origem diversa, ela se deve à frustração perante as expectativas não realizadas. Consideram que hoje estão melhor do que antes, mas sabem que não irão muito longe. Trabalham, estudam, endividaram-se, fizeram sacrifícios inauditos, mas ainda assim não conseguem passar da barreira dos três salários mínimos”, analisa Bianchi, reforçando que, embora não se manifeste nas ruas com bandeiras verde e amarela, essa “insatisfação dos subalternos” se fez presente nas greves e no recente movimento de ocupação de escolas por estudantes.

Nas ruas, o destaque nas manifestações pelo impeachment ficou por conta de uma significativa parcela da classe média brasileira – entendida como o conjunto dos trabalhadores com salários mais altos e dos pequenos proprietários, na definição de Marcelo Badaró. E aqui, mais uma vez, as determinações são principalmente econômicas, embora remetam a ‘perdas’ anteriores ao momento de crise. Na avaliação de Ruy Braga,

a classe média brasileira vinha se sentindo afetada com as políticas que promoveram uma certa desconcentração de renda que beneficiou as camadas mais pobres. “Os serviços subalternos que gravitam em torno da classe média ficaram mais caros: porteiro, manicure, cabeleireiro e, principalmente, o emprego doméstico. Tendo em vista o mercado de trabalho aquecido, as estratégias de aumento do salário mínimo acima da inflação, que impactaram diretamente o trabalho doméstico,



acabaram fazendo com que o custo de vida ficasse mais caro [para a classe média]. Aliado a isso, você tem um problema estrutural, que é o fato de o mercado de trabalho brasileiro ter produzido muito poucos empregos de classe média nos últimos 13 anos”, explica, informando que, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho, 97,5% dos

postos gerados em 2014 pagavam até 1,5 salários mínimos. Com a chegada da crise, diz, a situação piora também para os pequenos proprietários, que sofrem com a diminuição do consumo. Além das razões estritamente econômicas, o pesquisador da USP destaca ainda outro fator de descontentamento entre esses setores. “O governo Lula e depois o governo Dilma adotaram o que seria uma espécie de política de cotas sociais e raciais nas universidades, o que fez com que as universidades públicas se tornassem mais plebeias, aumentando ainda mais a concorrência com os filhos da classe média tradicional”, diz, lembrando que, para piorar, esses setores são diretamente influenciados por uma “mídia ultrarreacionária e conservadora” que atua como monopólio no Brasil.

Briga de cachorro grande

Outro elemento que precisa ser considerado no enredo que levou ao pedido de impeachment da presidente Dilma são as brigas internas aos diferentes segmentos do grande empresariado. “Nunca foi fácil ninguém representar o capital no Brasil. Não é por acaso que o país vai de golpe em golpe, de ditadura em ditadura, de instabilidade em instabilidade institucional. Do modo como o capitalismo se desenvolve aqui, não há relações tranquilas, sem tensão entre as diferentes frações da classe dominante. Negociar acordo entre o agronegócio, finanças, indústria, serviços, monopólios comerciais e mais o capital internacional não é uma operação fácil. Todos defendem a propriedade, todos defendem o lucro e, a partir daí, começam as divergências”, explica Eurelino Coelho.

Sobre os setores e as razões que inauguraram a insatisfação com o governo, no entanto, existe pouco consenso – ou pouca clareza – neste momento. A economista Rosa Marques defende que a motivação econômica que desdobrou no processo de impeachment não vem de todo o empresariado brasileiro mas, especificamente, de uma fração da classe dominante vinculada ao capital internacional. Ela entende que, depois de dois governos Lula em que todo mundo saiu ganhando, o primeiro governo Dilma teria acentuado uma política desenvolvimentista que desagradou o capital financeiro. O principal sintoma dessa inflexão na política econômica, segundo ela, foi a “redução brutal” da taxa de juros, que caiu de 12,5% para 7,25% entre agosto de 2011 e abril de 2013. Outra medida, complementar, foi o fato de o governo ter aumentado a participação dos bancos públicos – Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal – no mercado interno. “A isso se segue o fim do *boom* das *commodities* e o governo continua com uma política de tentar incentivar o mercado interno, fragiliza evidentemente as contas públicas, e a crise está instalada”, descreve Rosa, completando: “Nesse momento, a crise econômica e a crise política viram uma coisa só”.

Situando a análise já no contexto da crise econômica, o sociólogo Carlos Eduardo Martins, professor do Departamento de Ciência Política da UFRJ, denuncia o movimento exatamente contrário, de priorização do capital financeiro por parte do governo. Para Carlos Eduardo, o governo perdeu uma grande oportunidade de investir no caminho de “algum desenvolvimentismo” que expandisse o mercado interno e o consumo popular, “exigindo”

que o capital financeiro pagasse os custos da crise. “Mas o governo Dilma seguiu o caminho contrário e preferiu cortar parte de suas políticas sociais”, lamenta. Com a chegada de Joaquim Levy, então diretor-superintendente do Bradesco *Asset Management*, ao Ministério da Fazenda, no final de 2014, inaugurou-se um período de cortes no orçamento e outras medidas que deram ao primeiro ano do segundo governo Dilma a marca do ajuste fiscal. “O resultado é a perda de apoio popular e uma oportunidade extraordinária para a ofensiva da classe dominante no Brasil sobre o Estado”, conclui.

A historiadora Virgínia Fontes, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e da UFF, discorda que a briga interna à classe dominante seja entre a burguesia industrial e financeira ou entre uma burguesia brasileira e outra imperialista. “Eu acho idealizadas as explicações que supõem que, de alguma maneira, existe uma espécie de boa burguesia brasileira, com fundamento nacional, que apoiou o governo Dilma e que agora está dessolidarizada porque o setor financeiro atrapalha a atuação dessa boa burguesia ou dessa burguesia brasileira que poderia ainda, quem sabe, ter um papel nacional. Eu acho essa uma leitura inteligente mas algo extemporânea”, observa.

Na sua avaliação, a disputa, ainda pouco visível, se dá entre o que Virgínia chama de uma burguesia do “milhão” e uma burguesia do “bilhão”. Nessa interpretação, o Brasil tem hoje uma parcela da burguesia que, apesar de “forte, sólida, organizada”, além de associada ao capital internacional, é milionária. E ela estaria brigando com uma “burguesia do bilhão”, composta pelas empresas que se tornaram as ‘multibrasileiras’, entre elas as grandes empreiteiras envolvidas na Lava



“Crime de responsabilidade”

A discussão sobre se as operações de crédito e as ‘pedaladas fiscais’ tipificam ou não crime de responsabilidade encontra respostas diferentes no mundo jurídico. Mas, como o jurídico não existe isolado do político, fatos objetivos têm reforçado os argumentos de que essas acusações são apenas um pretexto para interromper o mandato da presidente Dilma Rousseff.

Segundo Francisco de Queiroz Cavalcanti, professor titular de direito da Universidade Federal de Pernambuco, em discurso no Palácio do Planalto, as mesmas medidas em relação ao orçamento foram tomadas por pelo menos 16 governadores brasileiros. Já no governo federal, as mesmas operações de crédito foram executadas por decretos assinados por Michel Temer na condição de presidente em exercício, em períodos de viagem de Dilma Rousseff. Seguindo essa linha, um pedido de impeachment também do vice-presidente foi apresentado à Câmara, mas o presidente da Casa, deputado Eduardo Cunha, sequer deu início à análise desse processo. Fora do Congresso, as razões do impeachment também parecem enviesadas. Nas notas públicas, o grande empresariado sequer procura disfarçar a motivação econômica para a derrubada do governo, sem qualquer compromisso com as razões que a Constituição prevê para a interrupção de um mandato democraticamente concedido. Quatro dias antes da votação da admissibilidade do impeachment na Câmara, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, enviou a todos os deputados uma carta em que defendeu a necessidade de se mudar o governo. Num texto de 14 parágrafos, não há nenhuma frase que faça referência ao “crime de responsabilidade” supostamente cometido pela presidente. O motivo do impedimento é apresentado sem meias palavras: “encontrar a melhor solução para a grave crise econômica que o país atravessa”. Depois de expor dados sobre a estagnação da economia e a “desesperança” dos brasileiros, o texto defende a necessidade de um futuro governo adotar “medidas duras” e conclui: “É hora de mudar. Os empresários, assim como todos os brasileiros, esperam que nossos representantes no Congresso Nacional façam sua parte para que o Brasil possa voltar a sonhar com um futuro melhor”.

Jato. “Tudo indica que a tensão burguesa hoje é de escala: massa de burguesia de menor escala, num momento de crise, briga com as suas congêneres maiores. E não briga contra a corrupção, mas porque quer um pedaço para ela”, diz, destacando que, não por acaso, a “burguesia do milhão” fica centralizada em São Paulo. Ela provoca: “A Fiesp saltou da posição de suporte e participação no governo Dilma para a defesa do impeachment e da renúncia. É a Fiesp ainda representante de todo o conjunto da burguesia brasileira? Não sei”.

Embora reconheça a disputa pelos recursos e pela direção do Estado como origem dessa divergência, Virgínia ressalta também que, neste momento, a briga vai além dos interesses puramente econômicos. “Eles estão com medo de ser presos”, afirma, fazendo referência às investigações da operação Lava Jato que já condenou Marcelo Odebrecht, dono de uma das maiores empreiteiras do país, a 19 anos de cadeia.

Por que resistir?

A combinação de todas essas motivações e disputas torna o cenário atual confuso. Muitos partidos, entidades, movimentos sociais, artistas e intelectuais que se colocaram criticamente ou mesmo como oposição ao governo Dilma agora estão nas ruas denunciando uma tentativa de golpe. Por quê? “Se a articulação reacionária que está em curso para derrubar esse governo for vitoriosa, o passo seguinte obviamente será atacar ainda mais duramente as lutas sociais dos trabalhadores”, responde Badaró. Alvaro Bianchi completa: “Somos obrigados a admitir que os trabalhadores esta-

rão em uma situação pior se uma frente PMDB-PSDB assumir o comando do Executivo. Não quero despertar nenhuma ilusão em um governo acordado e subserviente às grandes corporações. É isso que o governo Dilma é. Mas acho mais fácil derrotar o ajuste se Dilma for presidente do que derrotá-lo se o presidente for Temer”.

Eurelino não apenas endossa as críticas como defende que é preciso “denunciar a política de colaboração de classes levada a cabo pelo PT como responsável pela pavimentação do caminho que a direita hoje está correndo”. Ele, no entanto, não tem dúvida de que é preciso ir às ruas neste momento, sem “hesitar nem por um segundo” em caracterizar como “golpista” o que está em curso. O argumento principal – não só dele – é que as ameaças não se limitam a um governo ou a um partido. Evidência disso é o fato de o próprio programa do PMDB propor a retirada de direitos que remetem a um período muito anterior à gestão do PT, mais especificamente a 1988, quando foi promulgada a Constituição Cidadã. A rotina de encontros e negociações feitas por Michel Temer também não esconde os compromissos assumidos. Para ficar apenas em um exemplo, matéria do jornal *O Globo* de 30 de abril informa que, em reunião com representantes da Frente do Agronegócio, o vice-presidente prometeu rever todas as desapropriações de terras para a reforma agrária e demarcações de terras indígenas autorizadas recentemente pela presidente Dilma.

Tantas medidas impopulares e retirada de direitos vão, na avaliação de Ruy Braga, gerar uma forte reação. “Esse golpe branco que está sendo dado contra o governo Dilma Rousseff muito provavelmente vai jogar o país no caos político nos próximos 20 anos. Não haverá paz”, aposta, alertando que essa resistência, por sua vez, deve gerar um endurecimento ainda maior das condições civis. “Eles vão caçar as liberdades de protestos até o momento em que o país se tornar abertamente uma ditadura. Uma ditadura que pode até não assumir a forma militar, porque isso é muito pouco conveniente internacionalmente, mas seguramente assumirá a forma do Estado de exceção, tendo civis no governo, controlando por meio da violência física massas cada vez mais descontentes”, conclui. ●



Democracia na corda bamba



Se confirmado o impeachment da presidente Dilma Rousseff, cujo processo, até o fechamento desta edição, tramitava no Senado, será a 8ª vez na história republicana brasileira que um presidente eleito pelo voto direto não conclui seu mandato. Desde 1889, o Brasil foi comandado por 42 presidentes. Apenas 18 deles, contudo, foram eleitos pelo voto direto. Desses, somente 11 conseguiram terminar seus mandatos. Sete outros não tiveram essa sorte, por vários motivos. A Afonso Pena coube a distinção de inaugurar essa duvidosa tradição republicana brasileira, ao falecer durante seu mandato, em 1909. Rodrigues Alves teve fim parecido, com a diferença de que, no seu caso, a morte chegou antes que ele tomasse posse como presidente. Getúlio Vargas, por sua vez, conseguiu a proeza de contribuir duplamente para a lista dos presidentes que tiveram seus mandatos interrompidos: em 1930, encabeçou um golpe de Estado que derrubou o recém-eleito Julio Prestes; em 1954, de volta à presidência por meio do voto popular, cometeu suicídio no Palácio do Catete, então sede do governo federal no Rio. Jânio Quadros, por sua vez, renunciou pouco após assumir seu mandato, em 1961. No seu lugar, assumiu João Goulart, vice de Jânio (na época, as votações para presidente e vice eram separadas). Goulart foi deposto pelo golpe de 1964, que instaurou a ditadura civil-militar que durou até 1985. O primeiro presidente eleito pelo voto direto após a redemocratização, Fernando Collor de Mello, foi também o primeiro a ser deposto por um processo de impeachment, em 1992.

Os números revelam a fragilidade da democracia no Brasil. Em 127 anos de história republicana, 3 em cada 5 presidentes governaram o país sem mandato popular. Caso assuma a presidência, Michel Temer engrossará essa lista, como o 26º presidente do Brasil a chegar ao poder sem ter sido eleito.

Na última edição do ranking que mede a "qualidade democrática" de 167 países, elaborado pela revista britânica *The Economist* em 2016, o Brasil caiu para a 51ª posição, atrás de países como Índia, Timor Leste e Botswana. O levantamento leva em conta 60 indicadores agrupados em cinco categorias: processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, participação política, liberdades civis e cultura política.

GUSTAVO GINDRE

'Não é que estejam dando um golpe midiático, estão seguindo o movimento do grande capital'

Raquel Júnia

Assim como nos protestos que ficaram conhecidos como as Jornadas de Junho, em 2013, os meios de comunicação comerciais ganham, neste momento, um destaque para além da cobertura dos grupos pró e contra *impeachment*. Os próprios veículos, em especial a Rede Globo, são caracterizados por parte daqueles que estão indo às ruas como atores chave na crise política. Neste cenário, voltam à tona discussões em torno da democratização da mídia e da regulação dos meios de comunicação por parte, inclusive, de figuras como o ex-presidente Lula. Para compreender as limitações desse discurso e as filiações dos grupos de mídia no Brasil, a Poli entrevistou o jornalista Gustavo Gindre, membro do Inter-vozes – Coletivo Brasil de Comunicação. Servidor da Agência Nacional de Cinema (Ancine), onde é especialista em regulação do audiovisual, Gindre detalha o atrelamento dos grupos de comunicação a um projeto conservador e aponta as contradições do PT ao criticar o papel da mídia no processo do *impeachment*.

Os setores contrários ao *impeachment* da presidente Dilma têm caracterizado este movimento como um golpe e identificando a mídia como um ator chave neste processo como ocorreu em 1964. Na sua opinião está havendo um golpe midiático?

Primeiro precisamos entender o que é essa mídia. O grosso da mídia é incapaz de ter um projeto próprio. Então não é que estejam dando um golpe midiático, estão seguindo o movimento do grande capital. Então, se você pensar na Bandeirantes, no SBT, eles não têm um projeto de médio e longo prazo, apenas administram o dia a dia. Na verdade quando o meio no qual eles se inserem aponta para um determinado local, é para lá que eles vão. A Abril é diferente, não só tem um movimento ideológico ali, como também existe uma questão de sobrevivência pois está à beira da falência. Ou entra um governo que seja muito favorável, que abra os cofres, ou eles vão quebrar. Agora, os únicos grupos que eu acho que têm condições de ter uma visão própria são Globo e Record. A Record porque na verdade o projeto político é o da Igreja Universal, que aderiu ao governo lá atrás e parece que vem se descolando agora. E a Globo é diferente. Até pelo seu porte, que ficou totalmente desproporcional em relação a qualquer outro grupo de comunicação no Brasil. O lucro líquido da Globo é sete vezes maior do que o de todos os outros grandes grupos de comunicação do Brasil somados. E aí ficou muito clara uma mudança de postura. A Globo vinha administrando o que eu chamo de uma batida no fígado: você vai batendo no fígado do sujeito, ele nunca vai cair, mas vai ficando desgastado, cansado, e você acaba vencendo a luta por pontos. Era isso que a Globo vinha fazendo com o governo Dilma até o final do ano passado. Em algum momento entre o final do ano passado e o início deste ano, a Globo mudou de posição e passou abertamente a trabalhar pelo *impeachment* da Dilma. Eu acho que a Globo estava um pouco reticente por conta do receio que ela tem do Eduardo Cunha, mas em algum momento ela chegou à conclusão de que valia a pena e veio com força. Isso mostra o poder de uma mídia totalmente não regulada que, quando decide, derruba um presidente.

Neste sentido, golpista então?

Sim. Primeiro porque fere a sua natureza, no caso especialmente da televisão aberta, de concessão pública. Aquele canal não pertence à Globo, é público e pertence a todo mundo. Deveria estar sendo usado para finalidades públicas e não para finalidades privadas, para interesses dos donos da Globo. Eu acho esse governo horroroso, lamentável. Mas o fato é que o *impeachment* precisa da configuração de um crime praticado pelo Presidente da República. Isso não está configurado até agora. Então, neste caso, é um golpe muito parecido com o que houve no Paraguai e em Honduras, um golpe pelas vias institucionais.



E os outros atores do cenário da comunicação? E os jornais?

A *Folha de S. Paulo*, embora tenha um verniz de pluralidade — bota lá o [Guilherme] Boulos, o Gregorio Duvivier —, é claramente ligada aos tucanos paulistas e bem especificamente ao Serra, então o projeto dela está muito alicerçado. Quando esses setores resolveram entrar no golpe aí a *Folha* entrou de cabeça. Por isso que eu digo que esses setores não têm força política e econômica para ter projeto próprio, eles vivem a reboque de setores políticos e econômicos nos quais se escoram. Se pensarmos no que é o capitalismo brasileiro hoje, *Folha*, *Estadão*, Bandeirantes e SBT são grupos econômicos pequenos.

É possível estabelecer um paralelo entre a deposição do João Goulart e esse momento agora em relação ao comportamento da imprensa?

São momentos históricos bem diferentes. O paralelo possível é dizer que a imprensa no Brasil tem um viés de classe muito claro, defende determinados valores que são conservadores, não tem nenhum apreço pela democracia. Zero. E age completamente ao arpejo de qualquer regulação, qualquer tentativa de regulação democrática. Quando a situação econômica vai bem, isso fica relativamente minimizado. Na medida em que houver interesse, essa mídia vai se revelar golpista, vai se revelar defensora do atraso. É um cenário diferente de 1964, mas, por outro lado, a mídia continua a mesma. São quase os mesmos donos, capitânias hereditárias que vão passando ao longo do tempo. E o lamentável é que a gente não avançou nada para revirar isso.

Como o PT se portou nestes 13 anos em que esteve no governo em relação a este tema?

Foi uma tragédia. Tentou avançar um pouco no início com um projeto da Ancinav, mas a Globo barrou. Era a tentativa de transformar a Ancine em uma agência reguladora do audiovisual. Foi uma proposta da gestão Gilberto Gil [no Ministério da Cultura] logo no início do governo Lula. Na verdade era um projeto tímido, avançava pouco. Mas isso já mostra duas coisas bem claras. Primeiro: a mídia não aceita nenhum tipo de regulação. Mesmo aquela tímida, embrionária. Segundo: mostra como o governo nunca teve interesse de bancar essa briga de fato. Era um governo em início de mandato, forte, capaz de comprar determinadas brigas e bastou a Globo dizer 'não quero' que o governo retirou o tema da pauta. Depois teve a TV digital, que também chegou a avançar em algumas coisas. Mas aí veio o mensalão, o governo se enfraqueceu e negociou com a Globo a indicação do Hélio Costa para Ministro das Comunicações, que enterrou qualquer projeto que tivesse capacidade de mudar o cenário. Só volta a ficar com alguma perspectiva ali no final do segundo mandato do Lula, quando você tem uma série de fatos que sinalizavam que poderia mudar alguma coisa, como a criação da EBC [Empresa Brasil de Comunicação], a recriação da Telebrás, a realização da Conferência Nacional de Comunicação, o programa Computador para Todos, Banda Larga para Todos. E tem um grupo de trabalho que o Franklin Martins criou que supostamente fez um projeto de regulamentação. Todo mundo fala nesse projeto, mas ninguém nunca viu para dizer se ele é bom, se é ruim. Tudo isso foi rapidamente por água abaixo. Não se avançou nada em termos de regulação do audiovisual, a Anatel continuou sendo uma agência totalmente capturada pelos interesses das operadoras de telecomunicações; a Telebrás foi tendo as pernas quebradas, progressivamente, e hoje ela é uma pálida sombra do que deveria ter sido; a EBC se manteve uma emissora sempre paraestatal; e a Conferência Nacional de Comunicação aprovou 600 propostas e nenhuma foi implementada. Jamais houve uma segunda Conferência. A gestão do Paulo Bernardo, que é a primeira gestão de um petista no Ministério das Comunicações, foi provavelmente a mais subserviente aos interesses das operadoras de telecomunicações até agora. Então esse governo é uma tragédia. Foi uma oportunidade

histórica, uma janela que se abriu e que esse governo simplesmente jogou no lixo. Agora também é claro que o governo vai criticar a mídia, dizer que tem que regular as comunicações. Mas onde ele estava nos últimos 13 anos?

Então você não acredita que isso possa se efetivar em um eventual cenário de pós-impeachment, caso o governo se mantenha, ou em um eventual governo Lula em 2018?

Não, jamais. O pós-impeachment, se a Dilma sobrevive - o que eu acho hoje praticamente impossível -, vai ser um governo enfraquecido, totalmente sem iniciativa. O Lula deu certo porque ele propôs um pacto de ganha-ganha onde o andar de cima ganhava e o andar de baixo ganhava. Isso só foi possível em uma conjuntura muito específica. O empresariado ficou satisfeito, as camadas mais pobres ficaram satisfeitas. Isso morre em 2008. Se Lula voltar em 2018 será em um cenário de crise econômica e ele vai ter que optar se agrada uns ou outros. Eu não o vejo com disposição de comprar esse tipo de briga. Eu acho que o que vamos ver são ajustes bancados pela própria situação de mercado. Vamos ver a Oi quebrar, o mercado de telecomunicações se concentrar muito mais, vamos ver a TV aberta começar a perder importância. Vamos ver uma entrada ainda maior de grandes grupos estrangeiros, como Netflix, Google, que vão se tornar empresas fundamentais no mercado de comunicação no Brasil. A Abril vai desaparecer, a RBS está aí lutando para não falir. O *Estadão* é outro candidatíssimo a quebrar. O grupo *O Dia* aqui no Rio já é quase nada. O mercado vai caminhar para isso. Duvido muito que o governo tenha algum projeto para isso.

Esse cenário traz alguma possibilidade de avanço na democratização da comunicação ou é exatamente o contrário?

O crescimento da internet sempre traz junto uma potencialidade mais democrática. Com a possibili-

lidade das pessoas se expressarem mais livremente, você já começa a ver a construção de algumas experiências super embrionárias de audiovisual, debates, como o Conexão Havana, mas é só uma pontinha do iceberg de audiovisual. Sempre é positivo, mas isso ainda é uma coisa de nicho. Outra coisa também é que o governo não teve nenhuma vontade de estimular o surgimento de grupos de comunicação alternativos, pelo contrário. A única herança do governo do PT em termos de comunicação é o que eu chamo dessa blogosfera marrom. Embora a internet tenha uma potência mais democrática, eu acho que a gente subutiliza esse potencial.

Você citou há pouco o que caracterizou como frágeis avanços: a EBC, a 1ª Conferência de Comunicação. Houve também a iniciativa de pontos de mídia livre implementada pelo Gilberto Gil quando estava à frente do Ministério da Cultura. Por que isso não andou?

Eu acho que temos situações que são mais ou menos transversais. A falta de vontade e a incompreensão do governo, a incapacidade de gestão, porque isso é uma coisa que aparece pouco na discussão. A máquina administrativa é muito débil, muito fraca, incompetente, com poucos quadros, com pouca informação disponível para agir. Por exemplo: ficou claro que a gestão do Gil teve enormes avanços. Ele é o primeiro que coloca o Ministério da Cultura no mapa político brasileiro. No caso do Ministério da Cultura, eu acho que em parte é falta de grana, e em parte falta de capacidade administrativa para tocar as próprias propostas que eles foram desenvolvendo. No caso da EBC, eu acho que tem aí também uma visão do governo que sempre a viu como uma emissora estatal, que jamais entendeu a importância de você ter uma emissora pública. Você vê agora o último presidente da EBC, o Américo [Martins]: é claro que não foi só isso, mas o estopim do pedido de demissão dele foi

porque o ministro da Secom liga dizendo que ele tem que transmitir um jogo da segunda divisão do campeonato paulista, um jogo específico de Araraquara porque o ministro é de Araraquara. É surreal o nível de intervenção.

Falando sobre o peso da internet na disputa das ideias, as redes sociais e outras ferramentas de comunicação ameaçam essa hegemonia dos empresários da mídia?

Eu acho que com certeza há um elemento novo, que trouxe uma complicação na formação da opinião pública porque os grandes meios de comunicação já não são mais senhores absolutos disso. Nós não estaríamos tendo metade do processo de debate que a gente tem hoje, inclusive com organização contra o golpe e tudo, sem a internet e redes sociais. Por outro lado, eu acho que tem alguns complicadores nisso. Primeiro porque você pode dizer que mesmo na hora de criticar, a referência ainda é a grande imprensa. A gente continua citando artigo da grande imprensa, publicando o que o jornal falou, porque uma coisa é o sujeito na rede social compartilhando, outra coisa é você produzir informação, que é uma coisa cara. Precisa fazer jornalismo. Gerar informação ainda é um privilégio quase absoluto da grande imprensa. Isso é uma coisa. A outra coisa, especificamente sobre o Facebook, que é hoje hegemônico, é que ele tem esse mecanismo de bolha que é complicado. Porque você só vê mais do mesmo, as pessoas vão se tornando cada vez mais convictas das suas opiniões, cada vez mais irritadas com as opiniões alheias.

Nesse contexto também nós temos observado o crescimento de uma postura conservadora e que se expressa não apenas contra o PT, mas contra a esquerda com muita desinformação e, inclusive, violência, como os episódios de achincalhamento de pessoas vestidas de vermelho. Além do próprio desgaste do governo e do PT pelos erros que cometeu, como localizar a mídia nesse processo?

Eu ainda tenho dúvidas se aumentou o conservadorismo ou se o conservadorismo saiu do armário. A sociedade brasileira sempre foi muito conservadora. A diferença que eu acho é que antes, até porque se vivia um ambiente de saída da ditadura, o conservador tinha dificuldade de se expressar politicamente publicamente. O cara não ia bater no peito e defender o Bolsonaro assim tão explicitamente porque ele ficava constrangido, embora lá no fundo ele pensasse que tem que dar porrada em gay, que comunista é perigoso. Então eu não sei sinceramente se aumentou ou se esse cara “saiu do armário” e resolveu se assumir. Mas com certeza tem uma mudança. Esse ‘centrão’ da vida social brasileira hoje foi para a direita. E a mídia teve um papel fundamental na construção desse *zeitgeist*, a expressão alemã para o espírito da época. Hoje o espírito claramente é conservador, senão reacionário. E eu acho que a mídia tem uma enorme responsabilidade na construção disso. Desde a mídia de extrema-direita tipo o esgoto que virou a *Veja*, até *Folha de S. Paulo*. É completamente irresponsável por parte da grande imprensa dar espaço para figuras como Olavo de Carvalho, Kim Kataguiri, Luiz Felipe Pondé, que não têm nada para acrescentar, a não ser destilarem ódio. Eu fui à manifestação do dia 13 de fevereiro, fiquei um tempinho lá para ver o ambiente e depois peguei o metrô junto com esse pessoal todo que estava saindo da manifestação. Fiquei assustado. Era um ambiente profascista. Mas não temos ainda as grandes lideranças que o fascismo requer. Não tem ninguém capaz de juntar esse pessoal todo numa liderança fascista. Mas claramente a bola está quicando na área. Eu vi um sujeito falando alto no metrô num grupo de jovens, que ele ia andar com soco inglês para bater em petista. E as pessoas rindo. Isso é assustador. A mídia tem uma enorme responsabilidade de ter criado esse ambiente de ódio. ●

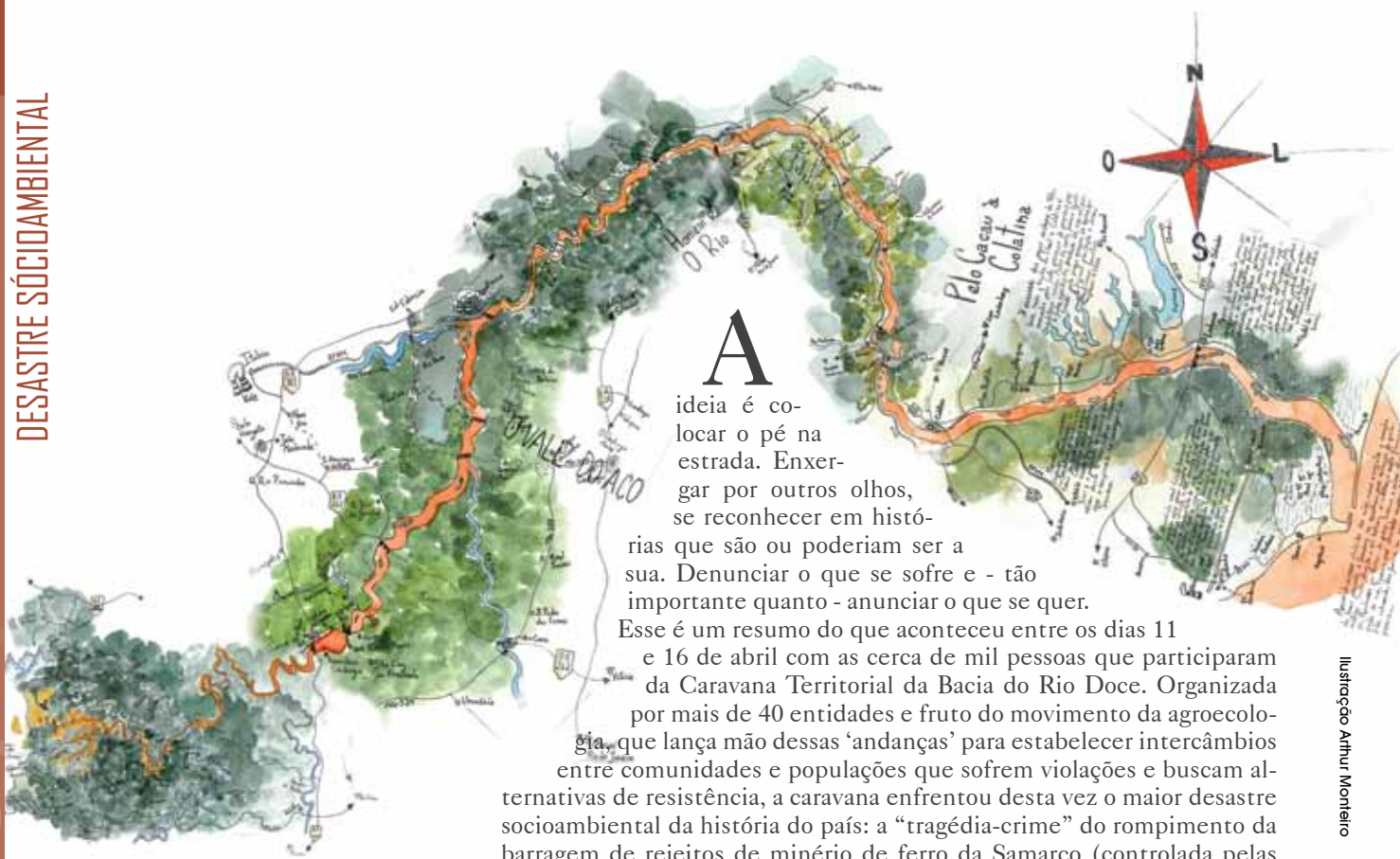


Ilustração Arthur Monteiro

Depois da lama, a luta

O que se descobre conversando com as populações e comunidades atingidas seis meses depois do maior desastre socioambiental do país

Maíra Mathias

A ideia é colocar o pé na estrada. Enxergar por outros olhos, se reconhecer em histórias que são ou poderiam ser a sua. Denunciar o que se sofre e - tão importante quanto - anunciar o que se quer.

Esse é um resumo do que aconteceu entre os dias 11 e 16 de abril com as cerca de mil pessoas que participaram da Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce. Organizada por mais de 40 entidades e fruto do movimento da agroecologia, que lança mão dessas ‘andaças’ para estabelecer intercâmbios entre comunidades e populações que sofrem violações e buscam alternativas de resistência, a caravana enfrentou desta vez o maior desastre socioambiental da história do país: a “tragédia-crime” do rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro da Samarco (controlada pelas empresas Vale e BHP), que em 5 de maio completa seis meses.

“A contaminação de um dos maiores rios do Sudeste brasileiro traz o desafio de qual agenda de lutas é possível diante de uma amplitude tão grande de impactos e riscos sobre os povos da bacia”, afirma Eduardo Barcelos, um dos organizadores da caravana. Abrangendo desde Mariana à foz do rio, passando por afluentes na parte alta e incorporando as experiências do médio rio Doce, quatro rotas se encontraram em Governador Valadares, onde aconteceu a “culminância” da caravana. Ao todo, 150 camponeses, ribeirinhos, pescadores, indígenas, quilombolas, moradores das cidades, estudantes, pesquisadores se transformaram também em “caravaneiros”. “A caravana passa para dar um sentido comum das lutas. Não se recupera o rio Doce sem os povos do rio Doce”, defende Eduardo. A seguir, você confere um pouco do que descobrimos acompanhando a rota que percorreu as cidades capixabas até Minas.

Regência Augusta (Linhares), 12 de abril

“No início deu aquela primeira preocupação, veio um monte de gente, estudando, mas agora não se vê mais”, constata Diego Roldão, surfista e morador da vila de Regência Augusta. Ele leva a caravana no exato ponto onde o rio Doce encontra o mar. A água, naquela manhã marrom, há algumas semanas estava laranja, sob efeito das chuvas revirando os rejeitos de minério depositados no leito do rio. O lugar, conhecido por ter algumas das melhores ondas do Brasil, está desolado.

Os cientistas sociais Flávia Amboss e João Paulo Izoton viviam em Regência há algum tempo quando aconteceu o rompimento da barragem. Membros do Grupo de Estudos e Pesquisa em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento da Universidade Federal do Espírito Santo (Geppedes/UFES), eles viram em primeira mão as consequências da falta que a mediação do poder público fez na vila. “A primeira aparição do estado em Regência já começou problemática. Eles chamaram uma reunião direto com a associação de pescadores, ao invés de uma reunião aberta. O objetivo era explicar o que iria acontecer, mas sem maiores detalhes, só avisaram que a pesca estava suspensa”, lembra Flávia.

Em seguida, chegou a Samarco. A empresa instalou um ponto de atendimento ao público na praça principal. “As pessoas contratadas anotavam as perguntas e diziam que iam responder por e-mail. Muita gente em Regência nem e-mail tem”. Além disso, os funcionários da empresa começaram a procurar lideranças, como presidentes de associações de pescadores, moradores, comerciantes, surfistas, sempre propondo reuniões fechadas. Em seu site, a mineradora caracteriza isso como “ação humanitária”. “Essas reuniões criaram um burburinho grande na vila, a fragmentação fomentou um ruído entre associações, decidindo não se sabia o quê, inclusive, à revelia do conjunto da comunidade que não necessariamente estava ou se sentia representado por essas lideranças. A questão que fica é até que ponto essa desinformação não foi proposital”, questiona João Paulo.

Os moradores não sabiam, por exemplo, que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado entre vários ramos do Ministério Público e a Samarco previa a contratação de mão de obra local para a mitigação dos danos, que, no caso de Regência, se concentrou no manejo das boias colocadas pela empresa no rio. “O boato que estava circulando na comunidade era de que os pescadores estavam ‘comprados’ pela Samarco porque estavam trabalhando para a empresa. A Samarco otimizou muito bem o gasto dela. Eles se aproveitaram da fragilidade da população, souberam jogar com os conflitos dentro da comunidade e passaram a instrumentalizar esses conflitos”.

Assentamento Rural Sezínio (Linhares), 13 de abril

“A mineração destrói. O Estado faz a guerra. O sangue dos atingidos também é sangue sem terra”. As palavras de ordem entoadas no Assentamento Rural Sezínio Fernandes expressam a violência que os trabalhadores enfrentaram logo que a lama chegou a Linhares. Das dezenas de lagoas do município capixaba, duas estão no assentamen-

to. “Nossa primeira preocupação foi com a contaminação. Era preciso construir um dique para que a lama não transbordasse para cá. Entramos em contato com o Incra, com a prefeitura, e nenhuma providência foi tomada”, lembra Jorge Gramelich, um dos líderes do assentamento do MST.

Como forma de chamar atenção do poder público, os sem terra ocuparam a BR 101. A ação foi preparada com cuidado. As crianças e jovens das duas escolas que funcionam no assentamento acompanharam o ato como atividade extraclasse, já que os professores vinham discutindo há meses a crise hídrica e, com o rompimento da barragem da Samarco, incorporaram o debate sobre a contaminação. Um vídeo gravado por Jonathan Gramelich, filho de Jorge, mostra o exato momento em que a PM lança uma bomba de gás lacrimogêneo na área da rodovia em que estavam as crianças. A ação aconteceu quando todos se preparavam para desocupar a BR, depois de uma negociação em que os secretários municipais de Segurança Pública e de Agricultura, presentes no local, se comprometeram por escrito a resolver o problema.

“Depois dessa bomba, eles vieram para dentro do assentamento atirando com balas de borracha. Quando viram que eu estava filmando, miraram em mim. Pegou no rosto”, conta Jonathan. As imagens mostram os policiais disparando contra os assentados, a correria, o momento em que Jonathan cai no chão. Depois da barbárie, o vídeo também mostra o prefeito de Linhares, Nozinho Correa (PDT), junto de seus secretários, tentando contornar a situação. Mesmo assim, nada foi feito e uma das lagoas foi contaminada. “Só aí que a Samarco veio no assentamento. Chegou de madrugada com uma retroescavadeira, abriu um buraco e, com a pressão, a água coalhada de peixes recuou até um ponto já fora do assentamento. Retirar os peixes mortos para proteger a própria imagem era a preocupação da Samarco”, conta Jorge, apontando para o local onde a empresa escavou. Nenhuma solução definitiva para as lagoas foi apresentada até hoje.

Maria Ortiz (Colatina), 13 de abril

Maria Ortiz é hoje uma comunidade sitiada. Depois do rompimento de Fundão, as cerca de 180 casas ficaram espremidas entre o rio contaminado pela lama da Samarco e os trilhos da Vale. Dez passos separam a rua principal do lugarejo, de terra batida, da estrada de ferro da empresa multinacional. A cada 10 minutos, o trem passa apitando. Naquele fim de tarde de abril, uma composição levou longos cinco minutos e 57 segundos para passar.

“Temos uma briga histórica com a Vale. Desde quando a empresa duplicou a estrada de ferro, em 1975, demolindo casas sem a devida indenização, levando vantagem porque era uma estatal em plena ditadura militar. Ao invés de duplicar para o outro lado, mais longe da gente, eles passaram por cima. Ficamos aqui embolados: três, quatro casas em um quintal só porque o dinheiro da indenização não dava para comprar um terreno e construir uma casa, era ou um ou outro”, conta Seu Fatinho, que desde 1964 mora no distrito de Colatina, onde fundou a Associação de Pescadores Profissionais Nova Vida. Com cerca de 350 habitantes, Maria Ortiz é uma comunidade com vocação pesqueira: são 80 pescadores registrados.

Nesse cenário, o Doce, mais do que fonte de renda e lazer, era consolo. As frentes das casas se protegem da ferrovia atrás de um declive acentuado no terreno que lembra um bunker. Os quintais, ao contrário, são completamente abertos para o rio. Aquelas margens se confundiam com o que a comunidade entendia por dignidade. “No final de semana, a gente juntava a família, ia pescar, fazia uma moqueca, um pirão e ficava ali, conversando, tomando banho de rio. Hoje acabou. Meu quintal só tem folha. Isso é humilhante para nós”, desabafa o pescador.

Colatina, 13 de abril

Com uma população de 120 mil habitantes, Colatina (ES) capta água exclusivamente do rio Doce. Os moradores da cidade capixaba até hoje não perdoam o prefeito Leonardo Deptulski (PT) que posou para um jornal bebendo um copo de água da torneira para convencer a população de que o consumo era seguro. O episódio aconteceu no dia 25 de novembro, apenas uma semana depois da enxurrada de rejeitos de minério chegar à cidade. “Quando o prefeito bebeu a água, todo mundo sentiu que não era [um gesto] verdadeiro. A água tem um gosto terrível, como se tivessem colocado madeira nela, um cheiro forte, e deixa a gente como que empanzinado”, descreve Odília Gomes, moradora do bairro de Santa Maria. Com a neta de um ano, Alice, a tiracolo, ela continuou: “Minha maior preocupação é com ela, um bebê. Eu penso que tomar essa água deve ter algum efeito cumulativo. E nós não temos mais condições financeiras de arcar com a compra de água mineral, então estamos usando essa água para tudo: tomar banho, cozinhar e beber”. Com seis membros, a família vinha gastando cerca de R\$ 300 por mês com água.

Mascarenhas (Baixo Guandu), 14 de abril

Ivo Delis e Paulo Renato Maciel dividiam um barco. De dia, seu Ivo pescava, enquanto Paulo trabalhava como treinador de futebol de crianças. De noite, era Paulo quem pescava, e seu Ivo trabalhava como vigilante. Pegavam principalmente dourado, robalo e camarão, mas também pacamã e, em alguns períodos, lagosta - que chegava a ser vendida por R\$ 70 o quilo. Já Delcimar Teixeira estava “dia e noite” no rio. A pesca era sua única fonte de renda. Os três moram em Mascarenhas, bairro com jeito de vila localizado no município de Baixo Guandu. O lugar é conhecido por abrigar a Usina Hidrelétrica de Mascarenhas e foi atingido pela lama no dia 18 de novembro.

No auge da contaminação, quando os pescadores tentavam salvar os peixes vivos, Delcimar não esquece uma fêmea de dourado que foi puxada para fora d’água mas, de tão podre que estava, se rompeu. “A empresa pegou esse peixe, os órgãos, as partes com as manchas e levou para análise. Mas quem fica sabendo o resultado que deu? Ninguém”. Segundo ele, os peixes que sobreviveram estão apodrecendo lentamente. “A boca deles, parece que a água vai comendo a carne. E têm essas manchas de todos os tamanhos, vermelhas. É horrível”. Delcimar, que não parou de navegar pelo rio, também mostra as próprias manchas nos braços e nas mãos, parecidas com queimaduras químicas. “E a empresa vem aqui dizer para nós que o peixe está bom, que a partir do mês que vem não vamos receber o cartão e vamos voltar a pescar. Eu sempre ofereço pegar um e fritar para eles comerem. Mas nem da nossa água mineral eles bebem aqui”.

Enquanto os participantes da caravana se despedem dos moradores, uma patrulha da Polícia Militar chega à praça. Os policiais perguntam pelo “líder” do grupo e afirmam que foram chamados para averiguar se a reunião era um preparativo para a ocupação da ferrovia da Vale. Quase ao mesmo tempo, chega um carro da Vale. O motorista demora a se aproximar, informando alguém por rádio da situação na praça. Os policiais são cercados por uma dezena de máquinas fotográficas e os caravaneiros explicam que o propósito da visita é outro. A reação em bloco faz com que os militares deem a ‘batida’ por encerrada. Com um gosto amargo na boca, a caravana pega a estrada. A saída de Mascarenhas está bloqueada: é de novo o trem da Vale que passa, desta vez com vagões abertos carregados de minério de ferro que reluz ao sol.

Terra Indígena Krenak (Resplendor), 14 de abril

Nas semanas seguintes ao rompimento da barragem, talvez os protestos mais contundentes tenham vindo dos índios Krenak, que acamparam por dias na estrada de ferro da Vale. Descendentes dos índios botocudos – que habitavam toda a extensão do Doce –, os Krenak têm uma relação ancestral com o ‘Watu’, como chamam o rio. “Nosso povo foi massacrado. Agora, com a morte do rio, morreu uma parte nossa. O meu filho estava aprendendo a nadar... A minha menina vai crescer com poucas lembranças do Watu. Passou, matou e nada se faz. O Brasil é complicado”, conclui Andrea Krenak.

A história de violência contra os Krenak em seu próprio território é extensa. Nos anos de chumbo do regime militar, o lugar recebeu um reformatório para castigar índios com “mau comportamento”. Em 1972, os Krenak foram expulsos e encaminhados para a Aldeia Guarani, longe do rio Doce. Só em 1993, a Terra Indígena Krenak foi declarada. E, mesmo assim, sem uma parcela que os indígenas consideraram fundamental: o Parque Estadual dos Sete Salões, criado em 1998. “É nosso território sagrado. Quando estamos precisando de força, nós ‘vai’ lá buscar”, explica Aparecida Krenak, que emenda: “E ninguém protege, as pinturas feitas pelos ancestrais estão sendo destruídas. Vai qualquer um lá, fica ‘escavacando’, joga lixo”. Os índios denunciam ainda que uma empresa privada capta água mineral dentro dos limites do Sete Salões. Muitos caravaneiros, sem perceber, carregavam dessas garrafas. O nome da empresa? “Krenak”.

Foi nesse contexto que a lama da Samarco encontrou os 700 indígenas, somando mais violações de direitos à história do povo Krenak. Os rejeitos chegaram em Resplendor, cidade onde se localiza a Terra Indígena, no dia 9 de novembro, portanto, quatro dias depois do rompimento. “Ninguém avisou a gente não. Funai e Funasa vieram só no dia que estava acontecendo. Ficamos na beira do rio esses dias todos. Para atravessar, tínhamos que ir tirando os peixes. Depois que eles [Vale] mataram o rio, nos deram um barco com motor, como se fosse adiantar. Eles pensam no recurso. Nós pensamos no Watu”. ● *Leia a matéria na íntegra no portal*

Faltou combinar com o povo

Movimentos sociais, povos indígenas, pesquisadores e Ministérios Públicos questionam o acordo firmado entre os governos e as mineradoras Samarco, Vale e BHP em nome do “futuro” do rio Doce e das populações afetadas

Maíra Mathias

“Estamos fazendo história com este acordo”, sentenciou a presidente Dilma Rousseff. Ao seu lado, na já longínqua tarde do dia 2 de março, estavam o vice-presidente Michel Temer, os governadores de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), e do Espírito Santo, Paulo Hartung (PMDB), além de ministros e outras autoridades públicas. “Houve, nesse processo, uma convergência de interesses em defesa dessas populações, em defesa do meio ambiente, em defesa da vida, em defesa de um outro tipo de relação entre a sociedade, o meio ambiente e entre as populações e os governos que estavam todos envolvidos nessa questão, juntamente com as empresas”. A presidente se referia à mineradora Samarco e suas controladoras, as transnacionais Vale e BHP Billiton, responsáveis pelo rompimento da barragem de Fundão que despejou 40 bilhões de toneladas de lama de rejeitos de mineração em casas, rios, lagoas e parte da costa capixaba.

A muitas centenas de quilômetros dali, Douglas Krenak assistia à cerimônia pela NBR, a TV oficial do governo federal e chegava à conclusão que relataria mais tarde à Poli: “Esse acordo não foi para nós”. Ele não está sozinho. A avaliação é compartilhada por movimentos sociais, pesquisadores, Ministério Público Federal (MPF) e pelos MPs estaduais de Minas e Espírito Santo. O ponto de partida recai sobre um argumento principal: faltou combinar com o povo.

“Solução inovadora”?

Mas, afinal, que acordo é esse? “Os estados, junto com a União, propuseram uma Ação Civil Pública [ACP] para compelir a Vale, a BHP e a Samarco a repararem os danos socioeconômicos e socioambientais. No curso dessa ação, as partes sentaram e fizeram um amplo debate à mesa de negociação. E foi construído um Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta. É um acordo judicial”, explica o procurador-geral do Espírito Santo, Rodrigo Rabello. Com isso, aquela ACP proposta pelos governos contra as mineradoras seria extinta em caso de homologação do acordo, que se encontra em análise na 12ª Vara Federal de Belo Horizonte. Os governos argumentam que a judicialização seria prejudicial para as populações atingidas. “Se partirmos para o caminho usual, o caminho da demanda judicial, certamente levaremos de dez a 15 anos para obter um resultado definitivo desse processo”, prevê Rodrigo.

Contudo, um aspecto considerado problemático é que os governos se comprometem a se manifestar nos autos das ações judiciais que venham a ser propostas para fazer prevalecer as cláusulas e obrigações do acordo. Para se ter uma ideia, só na Justiça Federal de Minas Gerais, tramitavam 48 processos contra a Samarco no final de abril. “Normalmente nos casos de conflitos ambientais, a judicialização é uma linha perseguida pelas empresas e pelo próprio Estado. Mas nesse caso as empresas manobram para sair da judicialização e fazer um acordo extrajudicial abrangente porque o contexto do rompimento foi o de um crime, segundo a Polícia Civil, segundo o Ministério Público. A Samarco judicializou até certo ponto, recorrendo, por exemplo, de todas as seis multas aplicadas pelo Ibama. Mas a multiplicação desses processos deixou de ser interessante e é aí que entra o acordo”, analisa Eduardo Barcelos, pesquisador da Universidade Federal Fluminense (UFF).

A rapidez também é um aspecto que chama atenção no acordo. Segundo o procurador-geral do governo capixaba, a negociação com as empresas começou em meados de janeiro, cerca de 15 dias depois que os governos apresentaram a ACP conjunta, em 30 de dezembro do ano passado. No fim de fevereiro, a *Agência Pública* divulgou uma minuta do acordo, obtida com exclusividade. A julgar pelo documento, as negociações avançaram bastante rápido: com 98 páginas, a minuta é datada de 11 de fevereiro. Foi só a partir daí, por exemplo, que o Movimento de Soberania Popular Frente à Mineração (MAM) e o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração tomaram conhecimento do conteúdo do acordo.

O cerne do acordo é a criação de uma fundação de direito privado sem fins lucrativos, instituída por Samarco, Vale e BHP. Caso o documento seja homologado, caberá a essa fundação a gestão e execução de todas as ações de compensação, mitigação e recuperação dos danos causados pelo rompimento da barragem. O acordo também prevê que isso será feito por meio de “projetos”, mas principalmente a partir de 39 programas divididos em dois eixos: socioeconômico e socioambiental. Esses programas já estão definidos pelo acordo, que lista desde a reconstrução de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira – distritos de Mariana completamente destruídos – até a coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos, com previsão de R\$ 500 milhões a serem destinados aos municípios impactados.

A ideia de uma fundação privada não norteou os debates sobre recuperação desde o início. A força-tarefa criada em novembro pelo governo de Minas, por exemplo, chegou a levantar alternativas bem diferentes, como a criação de dois fundos de reparação geridos em conjunto pela União, estados e um consórcio formado pelas cidades afetadas. O primeiro a defender um fundo privado e taxar de ineficiente a gestão pública dos recursos advindos da compensação foi o fotógrafo Sebastião Salgado, que tem um projeto de recuperação de nascentes no rio Doce financiado pela Vale. Ao longo de novembro, Salgado passou a dar declarações em defesa das mineradoras, afirmando que elas teriam “preocupação ecológica” e que “precisamos dessas empresas na sociedade em que vivemos” (Época 24/11). Recebido no Palácio do Planalto, afirmou que era “possível recuperar todo o rio”. Coincidência ou não, a partir daí, a ideia do fundo – e depois da fundação – pegou. E a linha de argumentação de Salgado foi adotada por autoridades públicas.

Em artigo de opinião publicado no site Consultor Jurídico, o advogado-geral do Estado de Minas Gerais, Onofre Batista Júnior, afirma que a fundação é “uma solução inovadora” porque foge da “ex-

periência brasileira” em que “os mecanismos tradicionais de bloqueio de recursos de empresas criam uma montanha de dinheiro a ser administrada por agentes públicos” resultando em “ineficiência total”. Ainda segundo ele, “a situação exige que se leve em conta a viabilidade financeira do fluxo de caixa das empresas” e que “quanto mais rápido a empresa voltar a produzir, mais fácil será obter os recursos necessários à recuperação integral”. Bastante convergente, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, declarou no programa Bom Dia Ministro que o acordo “é uma estrutura inovadora” porque “nenhum dos recursos vem para os cofres públicos”. Ainda segundo ela, “isso [os recursos] vai para um fundo em que a sociedade vai gerir o acesso aos recursos e resultados”.

Essa tal ‘sociedade’

Mesmo colocada em termos abstratos, a “sociedade” não será a responsável por “gerir” nem recursos, nem resultados. Na estrutura da fundação, o papel destinado a ela é o de “opinar” para usar o termo exato do acordo. Chama-se Conselho Consultivo a instância em que, nas palavras da Advocacia Geral da União (AGU) “os impactados poderão efetivamente participar”. Contudo, das 17 vagas previstas, apenas cinco são destinadas aos representantes dos atingidos. O mesmo número de assentos está previsto para representantes de instituições de ensino e pesquisa e para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Os dois restantes devem ser ocupados por membros de uma comissão vinculada à Marinha. O acordo não prevê que esses “impactados” sejam representantes de algum movimento social ou organização dos atingidos, como acontece nos espaços de controle social nas políticas públicas. Para chegar ao Conselho Consultivo, deverão ser indicados pelo Comitê Interfederativo, outro braço do acordo.

Formado pelas três esferas do poder público e externo à fundação, o Comitê Interfederativo deve validar, acompanhar, monitorar e fiscalizar os programas da fundação. Na interpretação de Rodrigo Rabello a “sociedade civil” também tem assento nessa instância, já que uma vaga está reservada para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – que a essa altura já acumula seis vagas em instâncias previstas pelo acordo. Mas o histórico recente de protagonismo da sociedade civil no Comitê da Bacia não é animador. A presença das empresas de mineração é marcante: Vale, Samarco, *Anglo American* e *Centaurus Metals* estão na lista de membros no quadriênio 2013-2017. “Indústria e mineração”, aliás, entra no rol dos usuários como um grupo específico e ocupa mais vagas que “organizações civis”, “organizações técnicas de ensino e pesquisa” e “comunidades indígenas”. Já na diretoria do Comitê, ao lado de empresas do ramo da celulose do porte de Fibria e Cenibra, a sociedade civil está representada por um consórcio intermunicipal de saneamento e pelo Lions Club de Manhuaçu. O presidente do Comitê é o prefeito de Colatina, Leonardo Deptuslki (PT), que ganhou notoriedade ao pousar para um jornal bebendo água da torneira uma semana depois da lama ter chegado à cidade que governa.

De qualquer forma, todas as decisões estratégicas da Fundação cabem a outra instância: o Conselho Curador. Nele, cinco votos são suficientes para aprovar qualquer ação. Só as empresas têm seis. E o membro indicado pelo Comitê Interfederativo não tem poder de veto. Além disso, esse representante é caracterizado no acordo como “privado”. Segundo a AGU, deverá ser indicado “algum especialista ou acadêmico sem vinculação pública”, pois “o poder público não participa, com seus agentes, das instâncias internas de uma entidade privada”.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) critica o número de assentos destinados à população no Conselho Consultivo, e questiona o fato de não haver vaga para a sociedade nem no Conselho Curador nem no Comitê Interfederativo. Presente desde a primeira hora no acompanhamento e organização das vítimas da lama da Samarco, o MAB é um bom exemplo de como a participação vem sendo pensada no acordo desde a sua negociação. Joceli Andreoli, da coordenação nacional, conta que a única vez que o MAB

foi chamado para integrar uma reunião sobre o acordo ele já estava fechado. O convite foi feito pela Casa Civil no domingo à tarde (28/02) para uma reunião que aconteceria na segunda-feira de manhã (29/02). “Nós fomos convidados de última hora, sem acesso ao texto do acordo para poder avaliar. Só o MAB estava lá. Então, qualquer menção à participação social é questionada pelo MAB. Não teve participação dos sujeitos que foram atingidos para construir o acordo. Tampouco do movimento organizado, que é legítimo na representação dos atingidos”, afirma.

Douglas Krenak tem uma história semelhante: a liderança indígena afirma que seu povo ficou sabendo do acordo pela internet. “Nós entramos em contato com a Funai, que diz que vai acontecer a assinatura. Ficamos sabendo que Brasília enviou a proposta do acordo para a coordenação de Governador Valadares pedindo que enviassem com a maior urgência o que tivesse de ‘conversa’ com os índios para que pudessem colocar no acordo. Mas também fiquei sabendo que o acordo teve Grupos de Trabalho. A nossa grande revolta é que na elaboração nós teríamos que estar sentados na mesa. Junto com os advogados, com todo mundo”, diz, e completa: “Não somos contra acordo. Somos contra a exclusão das pessoas no acordo. Diante da situação, o que o nosso povo mais quer é acordo. Mas do jeito que eles estão propondo ficou difícil. Esse acordo foi para estruturação do Estado e da empresa”.

Os Ministérios Públicos batem no mesmo ponto. “Nenhum MP assinou o acordo. Houve convites à participação em determinadas reuniões a que membros dos MPs compareceram e apontaram a falta de participação dos atingidos nas negociações. A partir de determinado momento, os MPs deixaram a mesa de negociação”, diz Edmundo Antônio Dias, procurador dos Direitos do Cidadão do MPF em Minas Gerais. Segundo ele, a ausência de audiências públicas dirigidas às comunidades e populações atingidas faz com que o acordo viole o princípio do devido processo legal coletivo, na medida em que dispõe dos direitos desses grupos sem se certificar de que eles concordam com o conteúdo do acordo. “E mais: com relação aos povos indígenas e tradicionais, a União estava obrigada a consultar de forma prévia, livre e informada cada um deles, já que o país é signatário da Convenção 169 da OIT”, alerta. Procurada pela Poli, a Funai respondeu que “tem garantido a participação indígena nesse processo desde o seu início”. Questionada sobre como essa participação aconteceu durante a negociação, respondeu que o acordo “possui dois itens que contemplam a participação do povo Krenak no processo”, se referindo ao momento posterior à negociação.

Dos entes signatários do acordo procurados pela Poli, o governo mineiro é o único que sustenta que o processo de negociação foi participativo. AGU e Procuradoria Geral do Espírito Santo ressaltam, em linhas gerais, que a negociação que criou o acordo assegura participação na fundação e nas ações que ela deverá executar. Questionado sobre como teria acontecido essa negociação, Minas respondeu que “para a celebração do acordo foram realizadas mais de 50 reuniões, e muitas delas incluíram os atingidos”. Porém o governo se refere a reuniões da força-tarefa criada em novembro, a mesma que no início dos trabalhos discutia ideias bem diferentes do acordo, como os fundos públicos. Outra proposta do governo apresentada à força tarefa foi a Ação Civil Pública contra as empresas – a mesma que o acordo pretende extinguir. A participação teria acontecido também através do trabalho da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente. Segundo o governo, essa instância teria “ouvido as demandas das comunidades” e “mantido estreito diálogo com o MAB”.

Finalmente, o governo cita a única reunião sobre o acordo que o MAB sustenta ter participado, aquela de 29 de fevereiro, dizendo que reuniu “representantes das comunidades afetadas e de movimentos sociais para fechar a redação final do acordo, antes de ele ser homologado na Justiça”. Questionado sobre quais movimentos sociais seriam estes, o governo enviou uma matéria que só cita o MAB, caracteriza a reunião como “primeiro encontro” e afirma que “outras reuniões” aconteceriam “ao longo da semana”. Ocorre que em 27 de fevereiro, o portal do governo do Espírito Santo divulgou que o acordo havia sido firmado, detalhando, inclusive,

os pontos principais. Procurado pela Poli, o governo capixaba confirmou que o texto já estava fechado na data, antes, portanto, do “primeiro encontro”. Já as “outras reuniões” não foram feitas a tempo, já que a assinatura oficial ocorreu na tarde do dia 2 de março.

Só a partir daí o acordo foi publicado na íntegra nos sites da Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais e da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo. Segundo Joceli, foi assim que o MAB teve acesso ao texto. “Fizemos uma análise do acordo e apresentamos as críticas, propondo, inclusive, refazer antes que seja homologado. Já tivemos reuniões com o MPF para não aceitar e dar um parecer levantando todas as armadilhas do acordo”, diz. O documento do MAB lista 23 delas. Outra análise crítica sobre o documento partiu dos pesquisadores Bruno Milanez e Raquel Giffoni do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) e conclui que a melhor saída seria a impugnação do acordo. O procurador-geral do Espírito Santo, por sua vez, sustenta que não há alternativa. “Nós estamos torcendo para que efetivamente a gente possa chegar a bom termo, possa ver esse acordo homologado para que a população comece a enxergar essas ações, esses benefícios chegando até ela. Porque a gente não pode pensar, como reação, que o acordo não é bom. Propor outra ação. Não adianta. Não adianta propor outra ação. Nós temos que caminhar nessa linha”.

“O acordo é mais uma expressão da lógica de licenciamento e monitoramento que causou o rompimento da barragem da Samarco, notadamente baseada em auditorias contratadas pela própria empresa e fiscalizadas por órgãos ambientais falidos e sem independência porque o líder do Executivo tem sua campanha eleitoral financiada por essas mesmas empresas”, critica Bruno Milanez. Eduardo Barcelos concorda: “Mariana expôs o limite entre o público e o privado no Brasil. A escolha que o país faz de governar com o privado revela a dificuldade que temos de conduzir e mediar um processo de conflito, tragédia, crime como esse”. ●



A disputa pela Base

Conceito da Base Nacional Curricular Comum que deve ser seguida em todas as escolas do país é criticado por especialistas e entidades de pesquisadores. O MEC não tem interesse em ampliar o prazo da discussão, com o apoio de gestores e organizações ligadas ao empresariado.

Raquel Júnia

De um lado, o Movimento Pela Base, que reúne instituições ligadas a empresas, organizações sem fins lucrativos e também gestores da educação, através de entidades como a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), que apoiam o desenho da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) apresentado pelo Ministério da Educação (MEC). De outro, pesquisadores da área de currículo e duas das principais associações acadêmicas – a Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e a Associação Nacional de História (Anpuh) que refutam o documento, ainda que de forma diferente. No meio do caminho, pendendo para um lado e para outro com várias nuances, milhares de interessados no tema, professores, educadores e instituições que participaram da consulta pública ao documento na internet. Este é o cenário de disputas em torno da Base Nacional Curricular Comum, que deve orientar os currículos das 190 mil escolas de norte a sul do país, da educação infantil ao ensino médio. Até o presente momento, a corda tem pendido mais para o primeiro lado, uma vez que o Ministério da Educação mantém a proposta do documento e corre contra o tempo para entregá-lo ao Conselho Nacional de Educação até junho, apesar das críticas sobre o prazo apertado de discussão. Como argumento a seu favor, o MEC tem o próprio Plano Nacional de Educação (PNE), que define este prazo.

Mas por que a Base Nacional Comum é considerada tão importante a ponto de mobilizar tantos atores? O próprio Ministério da Educação tenta responder na página que fez especialmente para a consulta pública ao documento. “A Base Nacional Comum Curricular vai deixar claro os conhecimentos essenciais aos quais todos os estudantes brasileiros têm o direito de ter acesso e se apropriar durante sua trajetória na Educação Básica, ano a ano, desde o ingresso na Creche até o final do Ensino Médio. Com ela os sistemas educacionais, as escolas e os professores terão um importante instrumento de gestão pedagógica e as famílias poderão participar e acompanhar mais de perto a vida escolar de seus filhos”. A primeira versão do documento, lançada em setembro do ano passado, ficou em consulta pública pela internet até o mês de março, quando recebeu mais de 12 milhões de contribuições. O documento foi elaborado por 116 especialistas que definiram os chamados objetivos de aprendizagem em cada uma das etapas de ensino nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas. Exatamente no momento em que a Poli estava prestes a ir para a gráfica, no dia 3 de maio, o MEC divulgou a segunda versão da base, que estava prevista para abril. O documento foi entregue ao Conselho Nacional de Educação, mas ainda vai ser analisado também em seminários realizados nos estados. Segundo afirmaram os representantes da pasta na cerimônia de entrega desta segunda versão, houve mudanças significativas nos conteúdos das diversas áreas, de forma a esclarecer pontos criticados. No entanto, o desenho da base não mudou.

A elaboração de uma base nacional curricular comum é uma das estratégias relacionadas às metas do PNE, que está em vigor desde 2014 e vai até 2024. De acordo com o Plano, tanto no ensino fundamental, quanto no médio, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem pactuar até 2016 os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que vão configurar uma base nacional comum. Não é a primeira vez, no entanto, que a necessidade dessa sistematização aparece na legislação brasileira. A Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, também remetem a uma proposta de base nacional. De acordo com a pesquisadora visitante da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Nilda Alves, para entender o processo atual é preciso remontar a história das normatizações sobre currículo no país. A professora, que também é membro fundador do Grupo de Trabalho de Currículo da Anped, lembra que o tema sempre foi permeado por disputas. “A própria LDB não foi a que os movimentos [sociais] queriam, havia um projeto muito bom que foi apresentado pelo deputado Jorge Hage, mas nós fomos atropelados por um acordo feito entre os então senadores Darci Ribeiro e Marco Maciel. Aí veio o governo Fernando Henrique Cardoso e atropelou

todo mundo com os Parâmetros Curriculares Nacionais [PCNs], contra os quais também nos colocamos”, sintetiza.

Segundo Nilda, o “atropelo” dizia respeito à construção de diretrizes curriculares. “Nós acreditávamos que deveria ser algo bastante amplo, que tivesse noções de nação, mas que ao mesmo tempo pudessem atender às situações locais. O número dessas diretrizes levadas para o Conselho Nacional de Educação foi imenso, todas foram discutidas, umas piores, outras melhores, mas houve diretrizes para todas as fases da educação, e também para os índios, para os quilombolas, para tudo. Então, foi um movimento muito forte em torno do que nos pareceu que era exatamente o que precisava servir de indicação nacional para a educação no Brasil”, detalha. A pesquisadora situa neste momento também a importação, pelo governo FHC, dos modelos estrangeiros de avaliação de larga escala, que passaram a ter como referência os conteúdos elencados pelos PCNs.

Déjà vu dos PCNs?

Diferente das diretrizes, que são mais gerais, os Parâmetros detalham conteúdos e orientações metodológicas. Diante das críticas e da mobilização contra o documento, ele acabou não se tornando obrigatório. Houve outras tentativas de implementá-los, como os programas PCN em ação e os PCN +, também sem grande aplicação na prática. Já no segundo governo Lula, a proposta das diretrizes voltou a ganhar força. Em 2010, foram lançadas as diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica e, entre 2009 e 2011, as diretrizes curriculares para a educação infantil, para o ensino fundamental e o ensino médio.

Para o professor aposentado do Cefet Rio e ex-diretor de concepções e orientações curriculares para a educação básica do MEC, Carlos Artexes, a edição de uma base nacional incorre no mesmo erro da elaboração dos PCNs. “A luta na época foi para que os PCNs não fossem obrigatórios e o que se está falando agora é que se vai definir algo que vai ser obrigatório nas escolas. Este é um caminho que não produz os efeitos que as pessoas acham que vai produzir, que é melhorar a escola. Isso tem efeitos secundários muito mais perversos e desloca alguns avanços que a educação poderia ter se você investisse, por exemplo, na autonomia das unidades escolares, se você fortalecesse a formação dos professores. Toda vez que se faz de cima para baixo uma prescrição do que deve ser feito, se esquece de dizer que isso enfraquece aquilo que é fundamental para o desenvolvimento educacional, que é justamente a capacidade dos professores, a autonomia das unidades escolares”, critica.

O professor considera como outro elemento dificultador a existência de um grande número de interpretações sobre o que significa uma base nacional comum. Artexes sustenta que o país já tem orientações, por meio da LDB e das diretrizes curriculares nacionais que fornecem subsídios para os projetos pedagógicos das escolas. “Há um entendimento, do qual eu compartilho, de que o Brasil já tem uma base, a LDB e tudo aquilo que vem regulamentando a legislação educacional brasileira. Base é algo que sustenta, é aquilo que é genérico sempre, é algo magistral. Então, há um problema de definição do que é a base. Essa base nacional comum que se está fazendo agora é o resquício de outra concepção que foi, de certa forma, vencida na legislação e que agora retorna”, afirma.

Nilda reforça que, uma vez que o tema foi colocado novamente em pauta – também já como parte dessa disputa em torno de concepções que se deu primeiramente na Conferência Nacional de Educação e posteriormente na votação do PNE –, o primeiro passo do MEC deveria ter sido ouvir a sociedade sobre o que se pretendia com este documento. “Teríamos então que discutir como se faz essa base, o que é uma base nacional comum, na medida em que um conjunto significativo de pesquisadores acredita que não era necessária outra base e que essa nova base que eles querem fazer aprofunda o apostilamento e a privatização da escola pública, tirando do professor, especialmente, mas também da comunidade

e dos estudantes, a possibilidade de criar seus currículos. Então nós pensamos em negociar, mas não houve tempo”, reclama.

Por discordar frontalmente da concepção do documento e do processo de elaboração, a Anped decidiu não participar da consulta pública da Base e lançou a campanha ‘Aqui já tem currículo’, incentivando professores a enviarem vídeos e relatos sobre as experiências curriculares feitas em salas de aula. Outra organização também bastante

“O aluno, a partir do momento em que vê matemática na vida dele, e que aquilo explica um fenômeno cotidiano, ele vai entender que existe matemática em muitas outras coisas”. Este é o depoimento da professora Daniela Vieira da Silva, professora da Escola Estadual Hebe Camargo, no Rio de Janeiro, que encontrou na proliferação das bactérias em um pão mofado a forma de explicar uma função exponencial. O vídeo sobre a experiência faz parte da campanha da Anped ‘Aqui já tem currículo – o que criamos na escola’. Segundo o secretário da entidade, Paulo Carrano, a campanha reforça a crítica ao fato de o processo de construção da BNCC, além de não trazer uma teoria curricular por trás, não ter envolvido os professores e estudantes nessa construção. “Nós tivemos um grande processo de mobilização dos estudantes em São Paulo, em Goiás, em Salvador e agora no Rio. Estes alunos estão querendo uma escola diferente e estão organizando aulas públicas e criando seus próprios currículos. Como a gente poderia juntar as nossas pretensões de especialistas com essa vontade de aprender, de conhecer, com essa vida pulsando nas escolas neste exato momento?”, questiona. De acordo com o professor, a chamada da campanha é uma provocação. “O que queremos dizer é que essa BNCC não está aterrissando em uma página em branco, está aterrissando em um arranjo curricular feito de experiências, de representações, de conceitos formulados por sujeitos que têm que enfrentar cotidianamente o desafio de democratizar o conhecimento”, reforça.



Alessio Lima da Undime, o ministro da Educação Aloizio Mercadante e representante da Unesco, Marlova Noleto, em seminário sobre a BNCC

Eiza Fluzza / Agência Brasil

crítica ao documento, a Anpuh tentou negociar com o MEC um prazo maior para discussão e a recomposição da equipe de formulação do documento, com a inclusão de outras subáreas da história que não foram contempladas no grupo original. “Nós acreditávamos que esses dois movimentos eram importantes, porque oxigenaria mais o debate interno, do ponto de vista de ter visões mais múltiplas das áreas que compõem o conhecimento histórico, e, do outro lado, daria mais fôlego para um debate mais amplo de caráter nacional. Não fomos atendidos nem em uma nem em outra”, relata Paulo Mello, secretário da Anpuh e professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. De acordo com ele, a única resposta do MEC até o momento foi uma carta de intenções celebrada após reuniões entre a entidade e o grupo de especialistas responsável pela elaboração da BNCC em que ficaram acordadas mudanças em relação ao conteúdo de história na segunda versão do documento.

No entanto, também para a Anpuh, o documento preliminar não é problemático apenas no que pretende prescrever na parte dedicada ao ensino de história. “Existem questões de ordem estrutural do documento que exigiriam uma reformulação mais profunda não só do texto, mas de concepções sobre currículo. Estamos preocupados também com outros desdobramentos que o documento possa ter em relação à produção de materiais didáticos e à formação de professores. Então, queremos uma alteração do texto, do processo e mais transparência sobre como o MEC pensa a elaboração de materiais didáticos e formação de professores”, sintetiza Paulo.

O discurso da Base como instrumento democrático

Do outro lado do cabo de forças, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), entidade que também faz parte do Movimento pela Base, minimiza os pontos frágeis da elaboração do documento. Embora reconheça que o prazo tem sido apertado, Alessio Lima, presidente da entidade e secretário de educação do município de Tabuleiro do Norte (CE), contemporiza. “Este tempo já nasceu curto. E ainda mais considerando que a gente não teve o início dessa discussão logo após a aprovação do PNE. Nossa preocupação é que até o fim desse prazo esses atores todos estivessem envolvidos nessa discussão. Entendemos que por parte do MEC houve um esforço no sentido de criar essa página na internet abrindo a possibilidade para cada instituição ou cada professor e cidadão contribuir. A construção desse site de certa forma vem assegurar e dar essa possibilidade de participação do maior

número possível”, defende. Alessio completa que a base será um documento sempre em construção, o que abre a possibilidade de mudanças contínuas. “Até mesmo paí-ses que elaboraram sua base vêm reformulando esses documentos a cada ano e então, a base não nasce pronta e acabada. Este documento deverá ser constantemente revisitado. Apesar das críticas ao modelo que foi feito pelo MEC, de trabalhar com os objetivos de aprendizagem, este é o modelo que se escolheu. Eu entendo que o tempo será suficiente para construção dessa primeira versão que, com certeza, ainda não será definitiva porque ainda vai ser encaminhada para apreciação do Conselho Nacional de Educação em junho e lá certamente sofrerá muitas mudanças também”, opina.

De acordo com o presidente da Undime, a elaboração de uma base curricular comum é uma necessidade sentida pelos gestores e professores. “A gente entende que a base, além de ser esse instrumento de garantia dos direitos de aprendizagem é também um instrumento democrático e transparente no sentido de dizer para a família e o aluno o que ele precisa de fato aprender em cada uma das etapas da sua vida escolar. A base também se torna transparente, como instrumento orientador, para a postura prática do professor, ao sinalizar o que de fato tem que ser trabalhado em cada uma daquelas etapas”, afirma.

Da mesma maneira, o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), uma das organizações que compõe o Movimento pela Base, considera que a BNCC vai criar condições de igualdade para o ensino no país. “A base garante o direito que todas as crianças, adolescentes e jovens têm de aprender e desenvolver. Deixa claro qual é este direito, o que eles precisam efetivamente aprender. É nesse sentido que nós achamos que é fundamental nos engajamos no movimento na defesa da existência de uma base”, diz a supe-

rintende do Cenpec, a pedagoga Anna Helena Altenfelder.

Outro representante do Movimento pela Base, o economista Ricardo Henriques, superintendente do Instituto Unibanco, também caracteriza a base como tendo um “componente democrático muito importante” ao fazer com que a escola enuncie com clareza o que é esperado que os estudantes aprendam em cada série. Ele aponta ainda como vantagens da base a possibilidade de uma melhor estruturação da formação inicial dos professores, a organização das aulas e a facilidade na elaboração de materiais didáticos e testes de larga escala. “Você para de fazer com que o rabo abane o cachorro e [faz com que] as avaliações externas sejam ancoradas nessa referência da base. Então, mesmo que os currículos sejam customizados, adequados à realidade de um estado, de um município, de uma escola pública ou privada, os exames externos passam a ser referenciados nessa base. Você enuncia o que é esperado que se aprenda e constrói as avaliações em função disso. A gente tem uma perversão no Brasil: define-se o que se quer avaliar e os currículos concretos são construídos a partir daquilo que as avaliações enunciam”, argumenta.

Formação para marcar 'X'

Se uma facilidade maior na elaboração de avaliações é considerada um dos pontos positivos em se ter uma base curricular comum neste formato, é exatamente essa mesma ‘vantagem’ que está no topo dos argumentos contrários ao modelo que o MEC quer aprovar com a BNCC. Especialista em avaliações, o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Luis Carlos de Freitas, acredita que o desenho atual do documento, totalmente alinhado aos testes de larga escala, vai conduzir a um estreitamento da formação dos estudantes. “Primeiro que as avaliações de larga escala não conseguem avaliar tudo o que

é ensinado. Depois, que a nossa avaliação federal é baseada em língua portuguesa e matemática, quando muito, ciências. Se você diz para a escola que o importante na base nacional é língua portuguesa, matemática e ciências, a escola começa a se preparar para enfatizar esse tipo de conhecimento e nem todo o conhecimento dessas disciplinas. Terão que ser feitas escolhas. Termina-se pressionando a escola a estreitar a formação dos estudantes em cima de algumas disciplinas”, critica.

Embora reconheça que há um risco de as avaliações externas conduzirem a um processo de mero treinamento em sala de aula, Ricardo Henriques considera que, bem feitas, elas são um “enorme ativo para a educação pública”. Ele argumenta: “Um exame externo tem uma função democratizadora: fica transparente para estudantes, familiares e professores qual é a métrica que você está tornando pública para tentar aferir os conhecimentos daquilo que espera-se que tenha sido ensinado”, diz. O economista completa utilizando o argumento da redução da desigualdade: “Os atores do mundo da educação que são favoráveis à redução da desigualdade deveriam ser favoráveis a avaliações externas porque permitem uma gestão pedagógica muito mais consistente e uma devolutiva pedagógica dessas avaliações permite que cada professor em cada disciplina e área de conhecimento tenha uma estratégia pedagógica de enfrentamento das desigualdades estruturais de aprendizagem. Sem uma avaliação externa, essa possibilidade de um bom uso pedagógico das avaliações fica submetido a idiosincrasias dos professores e a uma não transparência”.

Anna Helena também considera que o atual desenho da BNCC facilita a construção de avaliações de larga escala, mas pondera que, na opinião do Cenpec esses exames precisam ser revistos. “Os exames hoje são apenas de português e matemática. Elas dão uma fotografia muito parcial e deixam de levar em conta situações importantes. Ultimamente o Inep [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, responsável pela elaboração dos exames] caminhou bastante nesse sentido, de agregar outros indicadores”, diz.

Para Luiz Carlos de Freitas, outro problema da Base será a proliferação de materiais didáticos alinhados com as avaliações, o que também acaba prejudicando a diversidade de conhecimentos sistematizados. Ele reforça que o problema não está em se ter uma base nacional, mas sim nesse modelo de documento, com objetivos de aprendizagem numerados de onde vão ser extraídos os descritores para a elaboração dos itens de avaliação. “A consequência será que o sistema educacional brasileiro começará a ensinar para o teste e ensinar para o teste não necessariamente é evidência de boa educação porque os testes são limitados. Pode ter avaliação, mas avaliação para política pública não necessariamente tem que ser censitária, com todos os estudantes passando pelo processo de avaliação. No passado fazíamos avaliações amostrais com o Saeb [Sistema de Avaliação da Educação Básica], para orientar a política pública. A avaliação, neste formato que se pretende hoje, acaba sendo uma forma de pressionar e controlar a escola, bem acobertada sob um discurso de garantir os direitos das crianças”, analisa.

Currículo mínimo no Rio: referência nacional?

A realidade da educação no estado do Rio de Janeiro tem sido usada como um exemplo dos resultados danosos de se prescrever conteúdos obrigatórios a serem ensinados nas salas de aula. Os críticos a esta proposta percebem conexões entre o chamado currículo mínimo, que vigora nas escolas estaduais fluminenses, e o modelo de base que se pretende implantar nacionalmente. Os alunos do estado do Rio passam hoje por avaliações bimestrais, além de um exame anual – os chamados Saerjinho e Saerj. O fim do currículo mínimo e desses exames tem sido, inclusive,

Quem tira nota alta, ganha mais

O modelo meritocrático adotado para gerir os resultados das avaliações no Rio de Janeiro é outro aspecto bastante criticado por professores e estudantes. As escolas são ranqueadas de acordo com o desempenho nas provas, e, caso atinjam as metas propostas pela Secretaria de Educação, seus professores e funcionários recebem bonificações salariais. Segundo Fernando Penna, o estado de Goiás também adota condutas semelhantes. “Isso gera de uma maneira muito cruel uma pressão para que os professores aprovelem cada vez mais, que treinem seus alunos para que eles façam essas avaliações porque parte do ganho deles no final do mês dependeria disso. Em Goiás, eles têm um prêmio aluno, que é o recebimento de uma poupança dependendo dos resultados nos exames. Esta lógica de competição não acrescenta em nada no campo educacional”, critica.

Ricardo Henriques, Anna Helena Altenfender e Alessio Lima, do Movimento pela Base, concordam que o ranqueamento é um mau uso das avaliações de larga escala. “Nós não defendemos as avaliações em larga escala feitas pura e simplesmente para classificar e ranquear escolas e municípios. O principal objetivo seria fornecer diagnósticos que permitissem a cada gestor fazer as devidas interferências para que aquela rede de ensino venha alcançar melhores resultados, direcionar as questões pedagógicas. Não defendemos este uso porque temos municípios com diferentes realidades sociais e econômicas e até geográficas, temos um país muito diverso e não dá simplesmente para aplicar uma avaliação desconsiderando este contexto”, afirma o dirigente da Undime.

uma das bandeiras dos estudantes que, até o fechamento desta reportagem ocupavam **mais de 70 escolas** no estado.

Para o professor do Departamento de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Fernando Penna, o cerceamento do professor e o prejuízo aos estudantes são evidentes nesta proposta. “Os professores do Rio sempre reclamam do tempo que perdem aplicando provas bimestrais, de como o currículo mínimo impede que eles façam trabalhos mais adaptados à realidade dos alunos. Há relatos de professores que entram em escolas que às vezes passaram um período sem professor de uma determinada disciplina e têm que pular conteúdos, porque têm que permanecer na lógica do currículo mínimo e as avaliações vão cobrar o que está ali. Isso impede claramente que o professor exerça sua autonomia”, critica.

Empresariamento da educação

O Movimento Pela Base foi criado em 2013 e além de reunir personalidades ligadas a organizações como o Cenpec e a Undime, agrega também dirigentes de fundações ligadas a grandes empresas, como o Instituto Itaú Social, Instituto Unibanco, Natura, Fundação Ayrton Senna, Fundação Leman, Instituto Fernando Henrique Cardoso e Fundação Roberto Marinho. Entre os apoios institucionais do movimento está o Todos pela Educação, grupo formado por diversas entidades empresariais sem fins lucrativos que atua desde 2006 e tem sido um interlocutor importante na formulação de políticas públicas. Fernando Penna aponta na defesa da BNCC por esses grupos a tentativa de consolidação de um modelo empresarial na educação. “São os chamados formadores empresariais da educação, grupos que propõem que o mesmo modelo empresarial utilizado para gerir empresas privadas seria interessante para lidar com os problemas da educação. Nesse sentido, as estratégias são estabele-

cer metas claras e criar modelos de avaliação que, posteriormente, vão fomentar mudanças na gestão da escola”, define.

O estado de Goiás é apontado pelo pesquisador como o que mais avançou nessa relação empresarial, com a contratação de Organizações Sociais para gerir as escolas públicas. “Esse mercado educacional no Brasil ainda está em desenvolvimento, está se expandindo, então várias fundações ainda podem crescer muito, com apostilamento, cursos de gestão, consultorias, sistemas de ensino. São várias possibilidades que explicam esse interesse pelo campo educacional”, detalha Fernando.

Os números de uma pesquisa publicada neste ano pela organização não governamental Ação Educativa e pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (Greppe) da Unicamp confirmam a tendência de crescimento da adoção de sistemas de ensino privados por prefeituras de todo o país. De acordo com a pesquisa

Em visita à ocupação do Colégio Estadual Clóvis Monteiro, localizado em Mangueiros, conjunto de favelas da zona norte do Rio, a reportagem da Poli ouviu dos estudantes um discurso afiado contra o currículo mínimo e a exigência dos exames Saerj e Saerjinho. “Essas provas são muito caras. Com o dinheiro que gastam nelas poderiam estar pagando os funcionários públicos, melhorando a infraestrutura da escola”, critica uma estudante. “Aqui, como em todas as escolas da rede, a direção chega a oferecer ponto para quem comparecer para fazer o exame. Pode até tirar nota zero, mas ganha ponto em todas as matérias”, denuncia outro aluno. O fim dos exames é um dos 12 itens listados no cartaz que detalha os motivos da ocupação.

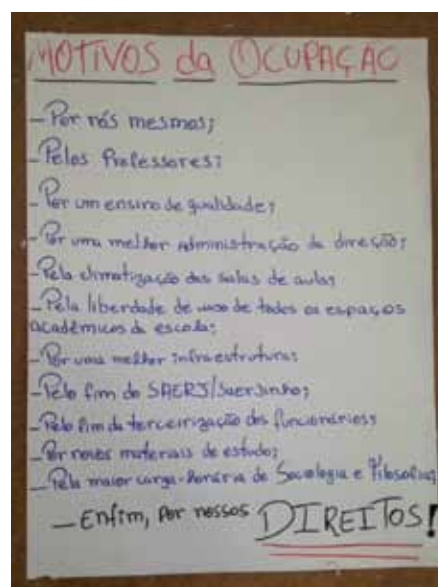
'Sistemas de Ensino Privados na Educação Pública brasileira', hoje pelo menos 339 municípios têm contratos com os grupos Positivo, Pearson, Abril Educação, Objetivo e Santillana. Alessio Lima garante que a Undime se opõe à contratação de sistemas de ensino privados para os municípios brasileiros. "A nossa maior bandeira de luta é a defesa da educação pública, com qualidade para todos, não vamos defender nunca essa proposta porque defendemos justamente o contrário: a educação pública, com recursos públicos", diz.

Questionado sobre o interesse das fundações empresariais na definição de uma Base Nacional Comum, o presidente da Undime reconhece a existência de uma disputa. "Não existe neutralidade ao se discutir currículo, existe sempre uma intencionalidade, campos de força que disputam espaço, visões, formas de entendimento. Por isso a construção de um documento como este não é uma discussão tão tranquila, envolve todos esses atores, cada um com suas defesas e seus pontos de vista. Então, não tem que fazer de conta que esses campos divergentes não existem, você tem que trabalhar com eles", pondera.

Responsabilização educacional

Enquanto esta reportagem estava sendo fechada, uma comissão especial da Câmara dos Deputados estava prestes a votar o substitutivo do deputado Raul Henry (PMDB-CE) à ao Projeto de Lei 7.420/2006, que dispõe sobre a responsabilidade educacional dos gestores. Foram apensadas ao PL 20 propostas sobre o mesmo tema. O projeto, que visa estabelecer punições para gestores pelos desempenhos negativos da educação pública, é também uma das exigências do Plano Nacional de Educação. Para Luiz Carlos de Freitas, a BNCC deve ser analisada também à luz destes projetos porque ambos fazem parte de uma mesma visão de educação. No caso do substitutivo em discussão na comissão, o critério para aferir o desempenho das redes de educação e posteriormente punir o gestor em se tratando de um resultado ruim é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), calculado também por meio do desempenho dos alunos nos testes aplicados pelo Inep, o que mediria, por tabela, se o professor conseguiu passar os conhecimentos que deveria em sala de aula. "Existe aí uma concepção de educação baseada nas teorias da responsabilização. É a ideia de que, se você não pressiona a escola, não há melhoria da qualidade. E como é que você faz essa pressão? Através dos exames", reforça. O professor lembra que, além da BNCC, o MEC também capitaneia a discussão da base curricular para a formação de professores. "A consequência de tudo isso é trazer para o Brasil um pensamento que não produziu melhoria da qualidade onde foi aplicado. Tudo isso aí já foi feito nos Estados Unidos e não gerou melhor qualidade da educação lá. A única coisa que você viu nos Estados Unidos foi a criação de um mercado educacional da ordem aproximada de quase um trilhão de dólares", sustenta.

Reforçando que o problema não é ter uma base, mas a concepção por trás desse modelo, Luiz Carlos de Freitas lembra que o próprio MEC já havia elaborado um documento em outro formato, divulgado em 2014. O documento 'Por uma Política Curricular para a Educação Básica...', no entanto, não aparece mais nas formulações desta BNCC e nem sequer na linha cronológica disponível no site para a consulta pública da base onde constam os passos e normatizações anteriores referentes ao processo de construção curricular no país. Mas por que o documento foi deixado de lado? "Era um documento interessante para contrapor, mas não era na verdade parte do jogo que estava sendo estabelecido e ele foi de certa forma encostado, ficou nos bastidores, só algumas pessoas tiveram acesso. Era mais avançado, trazia a importância de se configurar um direito de todos, vinha desconstruindo essa ideia do currículo mínimo que volta agora", responde Artexes.



Para o professor, o próprio número excessivo de contribuições que a Base recebeu via internet – mais de 12 milhões – é um indicativo da dificuldade de se estabelecer conteúdos mínimos para um país da dimensão do Brasil. "Eu acho que vai trazer uma falsa harmonia. Nós não conseguiremos ter uma BNCC onde todos vão fazer exatamente aquilo", opina. Artexes acredita que o apelo por um projeto como a Base ganha força com a ideia de que a educação fracassou no país, embora não seja isso que vá garantir uma melhoria nas escolas brasileiras. "A gente fala com muita facilidade em fracasso de uma coisa que nunca foi feita no Brasil. Nunca tivemos na verdade as condições adequadas para promover a educação de um povo. Então, é a mesma coisa que você quer falar sobre o fracasso de uma corrida que nunca aconteceu. A ideia de democratização, de unidade, é atrativa porque as pessoas querem buscar uma razão sobre o porquê de não se conseguir aprender no Brasil. Mas não se quer de fato enfrentar as razões mais estruturais, que é a falta de recurso adequado, a falta até da gestão e de um sistema articulado", conclui.

Procurado pela Poli, o MEC não teve disponibilidade para responder às perguntas enviadas pela reportagem.

30 anos de politecnia



O escritor Julio Cortázar, em um belíssimo ensaio chamado ‘Sobre a maneira de viajar de Atenas para Cabo Sunion’, nos adverte sobre as trapaças da memória, por seu caráter sempre coletivo e seletivo, em permanente construção e reconstrução. Se isso se aplica às memórias pessoais, o que dizer das memórias institucionais que conjugam relatos sempre incompletos e por vezes conflitantes daqueles que com o seu trabalho ou sua participação deram vida à instituição. Nesse processo, os documentos institucionais são sempre um recurso para uma memória cristalizada, em alguns casos quase mítica, transformando-se, algumas vezes, em verdadeiros monumentos, como apontaria o historiador Jacques Le Goff.

Assim, podem se transformar em memória reificada (monumental, imutável) ou em memória viva porque reativada por um tempo “saturado de agoras” (Walter Benjamin, Sobre o conceito de história). Esta última é a proposta do livro comemorativo ‘Caminhos da Politecnia: 30 anos da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio’.

O livro é, ao mesmo tempo, uma homenagem e uma provocação da Escola. É uma homenagem porque propõe o resgate de parte do trabalho dos seus estudantes e trabalhadores que deixaram marcas profundas e que são, ainda hoje, referência indispensável para pensar seus caminhos futuros. A primeira parte do livro recupera, assim, um dos documentos inaugurais do seu percurso ‘Escola Politécnica de Saúde: uma utopia em construção’ que serviu de base para as discussões de um Seminário realizado no Politécnico em finais de 1987. A segunda parte nos traz, pela primeira vez na íntegra, as exposições e debates desse Seminário que circulavam, até agora, numa versão datilografada de difícil acesso, recuperando as análises, provocações e respostas dos professores convidados: Miriam Jorge Warde, Nilda Alves, Zaia Brandão e Dermeval Saviani, assim como as perguntas e indagações dos participantes do evento. A intervenção de Saviani, revisitada algumas vezes pelo próprio autor, já havia se tornado referência para pensar as determinações e possibilidades de uma educação que, no contexto da redemocratização, se pretendia politécnica. A terceira parte do livro constitui a republicação dos textos apresentados num segundo Seminário, realizado em 1989, com o tema ‘Saúde, trabalho e formação profissional’. A publicação original (Editora Fiocruz, 1997), organizada por Antenor Amâncio Filho e Maria Cecília G.B. Moreira, com as contribuições de convidados, encontrava-se esgotada. Por fim, a quarta parte da obra constitui a provocação, uma boa provocação, por parte da Escola. Nela inicia-se um debate que, partindo das urgências do presente, pretende discutir os desafios que o Politécnico trouxe desde suas origens: a construção de uma educação sob a perspectiva da classe trabalhadora, através de dois textos encomendados e inéditos: ‘Por um programa de transição para a educação: em defesa da concepção marxista de formação politécnica’, de José Rodrigues e ‘Bases teórico-políticas para a discussão da educação da perspectiva da classe trabalhadora’, de Paulo Sérgio Tumuló. O debate aberto nessa última parte do livro nos ajuda a pensar as determinações e perspectivas atuais das atividades de formação desenvolvidas pela EPSJV, atividades estas que não por ser escolares abdicam de ser políticas, que se apresentam como formação para o trabalho sem deixar de fazer a crítica as formas de trabalho concretas da nossa contemporaneidade, que tem como campo privilegiado a saúde, mas que entendem a saúde como produção de vida. Em suma, o livro ora resenhado constitui uma contribuição importante para aqueles que pensam e fazem a educação não somente por recuperar a história da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, no seu peculiar percurso no campo da educação brasileira, mas também porque nos convida a pensar os rumos necessários de uma educação que, sem desconsiderar as necessidades e condições do presente, se propõe a contribuir com a construção de uma sociedade à medida da classe trabalhadora.

‘Caminhos da Politecnia: 30 anos da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio’ Organização Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, EPSJV, 2016, 464p.

Por Marcela Pronko, vice-diretora de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da EPSJV/Fiocruz

PUBLICAÇÕES



Greves no Brasil (de 1968 aos dias atuais)
Carlindo R. de Oliveira
(org.)
Dieese/Cortez Editora



Profetas do passado
Jalusa Barcellos
Ed. Record



A legalização da classe operária
Bernard Edelman
Boitempo Editorial

GOLPE

Muita saliva já foi gasta discutindo se a tentativa em curso de deposição de Dilma Rousseff da presidência da República é ou não um golpe de Estado. As cusparadas disparadas pelo deputado federal Jean Willys (Psol-RJ) contra seu colega Jair Bolsonaro (PSC-RJ) durante a votação do *impeachment* na Câmara e pelo ator José de Abreu durante uma discussão acalorada com um casal pró-*impeachment* em um restaurante foram apenas a expressão mais midiática de um debate que domina o cenário político brasileiro na atualidade. Mais recentemente, no dia 29 de abril, durante sessão da Comissão Especial do *Impeachment* no Senado, o advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, defendeu que o processo atenta contra o que diz a Constituição e é, portanto, um golpe. No mesmo dia, em um discurso no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a ex-senadora Marina Silva (Rede) criticou o uso da palavra ‘golpe’ pelo governo e sua base aliada para se referir ao de *impeachment*, alegando haver uma banalização do termo atualmente. Quem tem razão? A resposta está longe de ser fácil, e não se encerra na polarização simplista entre “coxinhas” e “petralhas”. Para analistas ouvidos pela Poli, a questão é central para o entendimento do cenário político atual e para a construção de uma oposição de esquerda para o projeto que as forças políticas por trás do *impeachment* (ou será golpe?) pretendem implementar.

Histórico do conceito

Para tentar contribuir com esse debate, o historiador da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Álvaro Bianchi escreveu um artigo publicado no Blog Junho em que procurou conceituar golpe de Estado. Segundo ele, há uma vasta bibliografia sobre o tema, que remonta ao século 17. Para os autores daquele período, governante e Estado eram uma só entidade. Essa distinção só seria feita mais tarde, por autores modernos como John Locke. Por conta disso, o golpe de Estado era retratado como uma conspiração palaciana cujo protagonista era sempre o soberano. Bianchi cita o francês Gabriel Naudé, que em uma obra publicada em 1679 conceituava o golpe de Estado como as ações “arrojadas e extraordinárias”, contrárias à lei comum, que os soberanos são obrigados a tomar em determinadas situações, “em benefício do bem público”. Com o desenvolvimento do Estado moderno ao longo dos séculos posteriores, o conceito vai ganhando novas nuances na literatura dedicada ao tema. A partir de meados do século 19 há mudanças conceituais importantes. A partir daí, tornou-se comum o uso dessa expressão para descrever processos de tomada de poder que não tinham como sujeito exclusivamente o soberano e que extrapolavam os limites dos palácios imperiais. Desse período, a obra mais famosa foi o ‘18 de Brumário de Luis Bonaparte’. Nela, Karl Marx descreveu o processo entre a Revolução de 1848 – que estabeleceu a república presidencialista e o sufrágio universal na França – e o golpe de Estado de 1851, pelo qual o sobrinho de Napoleão, eleito presidente em 1848, dissolveu a Assembleia Legislativa e tornou-se ditador, beneficiado por uma aliança com partidos da burguesia e com frações do exército. Marx considera como “golpe” a traição e a expulsão do governo de lideranças proletárias que emergiram em 1848.

No século 20, os autores que se debruçaram sobre a ideia de golpe passaram a dar cada vez mais centralidade para o papel das forças armadas

nesses processos. O conceito passou a ser utilizado para classificar processos de derrubada repentina e violenta de governos, operada por militares ou com sua ajuda. A partir dessa definição, Edward Luttwak, no livro ‘Golpe de Estado: um manual prático’, enumerou 41 países em que ocorreram golpes bem sucedidos apenas no período entre 1945 e 1967, sendo 14 na África, oito na Ásia, 14 na América Latina, dois no Oriente Médio e três na Europa. Todos liderados ou apoiados por aparatos militares.

No entanto, como argumenta o professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Demian Melo, essa definição de golpe de Estado como um processo protagonizado por militares não permite analisar o papel do Legislativo e do Judiciário na legitimação de processos de tomada de poder. Segundo ele, foi o que ocorreu em 1964, no Brasil. “Não se pode esquecer que o Congresso Nacional e o Judiciário chancelaram o golpe de Estado. O Senado declarou vaga a presidência da República quando João Goulart ainda estava em território nacional. E, na madrugada do dia 2 abril, o Supremo realizou uma sessão burlesca para dar posse ao presidente do Congresso, que na época era o Ranieri Mazzili. Isso foi feito na tentativa de aparentar que se tratava de um procedimento legal”, lembra Demian. Álvaro Bianchi, em seu artigo, vai na mesma linha, e traça um paralelo com a derrubada do presidente hondurenho Manuel Zelaya, em 2006, e do presidente paraguaio Fernando Lugo, em 2012, ambos depostos através de processos de *impeachment* conduzidos pelo Legislativo, sem intervenção militar. “O conceito precisa, portanto, ser alargado”, escreve Bianchi, para em seguida propor uma definição sintética de

golpe como “uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que utiliza para tal de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político”.

Golpe ou impeachment?

É essa definição proposta por Álvaro Bianchi que Demian Melo utiliza para classificar o processo de *impeachment* de Dilma como um golpe. “É um escândalo que esse processo seja tocado pelo Eduardo Cunha, contra quem pesam várias denúncias de crimes, inclusive com provas contundentes. Tem um sentido de vingança evidente. No dia da votação do impeachment na Câmara, a imensa maioria dos parlamentares que votaram ‘sim’ não fizeram nenhuma menção aos elementos que pesam na acusação contra a Dilma”, argumenta o professor da UFF. E completa: “O julgamento político de uma presidente da República que não cometeu crime de responsabilidade é um recurso excepcional, não tem sustentação jurídica. Mas o Judiciário, notoriamente conservador, endossa esse procedimento, exatamente como fez há 50 anos”, argumenta.

As semelhanças com o que aconteceu em 1964, no entanto, param por aí. “Mesmo com todas as limitações de um governo presidido pelo João Goulart, que era o homem mais rico do Rio Grande do Sul, o governo derrubado em 1964 apresentava uma plataforma reformista. Tinha um projeto político que prometia reforma agrária, indexação da remessa de lucro para o exterior, uma política externa independente que implicava solidariedade aos povos que lutavam contra o colonialismo”, enumera Demian. Desse ponto de vista, o cenário hoje é antagônico, diz ele. “É bem diferente de um governo que cai prometendo mais ajuste fiscal. Se em 1964 a derrubada do governo significou para a esquerda uma desmoralização, pelo fato de que o governo Jango caiu e não teve resistência, hoje a desmoralização é muito maior, porque o governo cai e não há o que ser defendido”, argumenta. Para ele, isso explica a relutância de parcelas da oposição de esquerda ao governo em classificar o processo de impeachment como golpe. “Parte da esquerda sempre desconfiou da ameaça do golpe como um discurso usado pelo governo para chantagear os movimentos sociais no sentido de se solidarizar com ele. Entretanto, na minha opinião, o que a gente está vendo é de fato um golpe de Estado que abre um precedente perigoso para o funcionamento da democracia brasileira, que vai incorporar isso como o seu procedimento”, defende.

Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Renato Lemos é um dos que discorda da aplicação do termo ‘golpe’ para descrever a tentativa de deposição de Dilma Rousseff. “Se um procedimento baseado na lei, ainda que com um fundamento questionável, é reduzido a um golpe, passa-se a ideia de que a lei é boa, apenas está sendo mal usada. E com isso se deixa de perceber que as leis foram feitas para isso mesmo, para serem interpretadas impositivamente pelos vencedores numa determinada correlação de forças políticas que estejam em confronto”, argumenta. Para ele, exemplo emblemático disso é o caso do ex-presidente Fernando Collor, que em 2014 foi absolvido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) dos crimes de desvio de dinheiro público, falsidade ideológica e corrupção passiva, acusações que resultaram em seu *impeachment* em 1992. “E ninguém caracteriza o impeachment do Collor como golpe, a não ser ele mesmo”, compara. Para Renato, a violência militar é uma característica *sine qua non* do golpe de Estado. “Se não tiver a violência militar, é uma outra forma de luta política, não é golpe. Se não tudo vira golpe. E eu acho que é pedagogicamente ruim sair classificando qualquer tentativa oposicionista de golpe, pois corre-se o risco de esvaziar o conceito e não ajudar a entender a realidade política e para onde se deve ir. É preciso saber contra o que se está brigando, se é contra leis ou se é contra a interpretação das leis”, opina. Para Renato,

não está em jogo a possibilidade de uma ruptura com a estabilidade democrática obtida após o fim da ditadura. Segundo ele, vive-se hoje a consolidação de um regime político que se formou a partir da transição conservadora iniciada em 1974. “Esse é um regime que vem trabalhando no sentido de militarizar o Estado brasileiro. Temos a Lei de Segurança Nacional, o Código Penal, entre outras leis, que com algumas adaptações estão em vigor desde a ditadura até hoje. O Estado está totalmente aparelhado, tem todas as condições de entrar em cena se houver uma percepção de que a ordem está ameaçada”, opina. Segundo ele, o fato de as Forças Armadas não entrarem em cena atualmente sinaliza uma consolidação, sob bases conservadoras, desse regime político, que se concretizou na Constituição de 1988. “Nossa Constituição é conservadora. É ela que no seu artigo 142 autoriza a intervenção das Forças Armadas em operações de polícia nas cidades para a garantia da lei e da ordem. É ela que permite que as divergências no interior das classes dominantes, ainda que divididas em blocos de poder distintos, se resolvam por cima, sem precisar recorrer a grandes mobilizações, sem precisar colocar os tanques na rua”, pondera Renato. Não significa que a repressão está descartada enquanto arma do Estado no processo de enfrentamento político que deve se estender pelos próximos anos, caso o impeachment se efetive. “Se o Temer assumir ele deve implementar um programa de governo que é péssimo para o conjunto dos trabalhadores do Brasil, que não estão suficientemente organizados para evitar ou reagir, mas vão estar mobilizados para ir às ruas. E o Estado tem mecanismos legais, constitucionais de reprimir isso usando as suas forças armadas, tanto policiais quanto militares. Vamos ter um agravamento da repressão social”, avalia Lemos. ●

André Antunes